

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 178, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 620/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018, que renova a permissão outorgada às Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, Estado de Goiás.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 620

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.712, de 28 de junho de 2017 - Radio Master FM Ltda - Me, no município de São João do Ivaí - PR;
- 2 - Portaria nº 1.119, de 28 de fevereiro de 2018 - A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;
- 3 - Portaria nº 3.143, de 13 de junho de 2018 - Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Presidente Getúlio - SC;
- 4 - Portaria nº 3.301, de 3 de julho de 2018 - Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda., no município de Barretos - SP;
- 5 - Portaria nº 3.673, de 18 de julho de 2018 - Radio Belo Horizonte Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;
- 6 - Portaria nº 3.677, de 18 de julho de 2018 - Rádio Difusora de Itajubá Ltda., no município de Itajubá - MG;
- 7 - Portaria nº 4.209, de 24 de agosto de 2018 - Rádio Clube de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;
- 8 - Portaria nº 4.290, de 24 de agosto de 2018 - Radio Rio Verde Ltda., no município de Baependi - MG;
- 9 - Portaria nº 4.850, de 18 de setembro de 2018 - Rádio Porto Alegre FM Ltda.-ME, no município de Porto Alegre - RS;
- 10 - Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
- 11 - Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018 - Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., no município de Itapirapuã - GO;

12 - Portaria nº 5.755, de 9 de novembro de 2018 - Rádio Iguaçu Ltda., no município de Santiago - RS;

13 - Portaria nº 5.757, de 9 de novembro de 2018 - Andrômeda Radiodifusão Ltda., no município de Pelotas - RS;

14 - Portaria nº 6.103, de 3 de dezembro de 2018 – Sociedade Rádio Liberdade Ltda., no município de Guaratinguetá - SP;

15 - Portaria nº 75, de 10 de fevereiro de 2020 – Rádio Energia dos Vales Ltda., no município de Roca Sales - RS;

16 - Portaria nº 138, de 24 de julho de 2020 - Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Sarandi - PR;

17 - Portaria nº 163, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Talento FM Ltda., no município de Rio Azul - PR; e

18 - Portaria nº 164, de 24 de julho de 2020 - Rádio Cultura FM Santos Ltda., no município de Santos - SP.

Brasília, 22 de novembro de 2022.

Brasília, 18 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 20.659/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.078/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 01606/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhados da Portaria nº 5.442/2018/SEI-MCTIC, de 23 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 30 de outubro de 2018 que renova, por dez anos, a contar de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda. (CNPJ nº 03.903.885/0001-27), nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/10/2018 | Edição: 209 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 5.442-SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.071588/2013-75, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 20.659/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01078/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 635/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as permissões outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão sonora em frequência modulada, constantes das Portarias nºs 1.712, de 2017; 1.119, 3.143, 3.301, 3.673, 3.677, 4.209, 4.290, 4.850, 5.312, 5.442, 5.755, 5.757, e 6.103, de 2018; 75, 138, 163 e 164, de 2020.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/11/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3761844** e o código CRC **7991E7ED** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.071588/2013-75
Interessado:	ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.
Sector:	Secretaria de Radiodifusão
CNPJ:	03.903.885/0001-27
Serviço:	Rádio Frequência Modulada
FISTEL:	50012413593
UF:	GO
Localidade:	Itapirapuã
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada
Número do Tipo:	428
Documentos Restritos:	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º 3053707, fls.17/18

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias

433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 30/10/2018, às 12:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3512257** e o código CRC **30A87CC3**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.071588/2013-75**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 28 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 28/08/2014, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0108440** e o código CRC **4AAB78BB**.



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: GO

Município: Itapirapuã

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	Itapirapuã	09/01/2004	09/01/2014

Usuário: - Data: **28/08/2014** Hora: **10:52:50**

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------

NOTA TÉCNICA Nº 8925/2014/SEI-MC

Processo n.: 53000.071588/2013-75

Assunto: **CONVERSÃO DO PEDIDO EM REVISÃO DE OUTORGA**. Renovação de Outorga intempestiva

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, referente à Renovação de Outorga para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024.

ANÁLISE

2. Em 06/12/2013, foi protocolado, neste Ministério, pedido de Renovação de Outorga da Entidade, para execução do serviço descrito no item 1, para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024.

3. De acordo com o art. 3º do Decreto nº88.066 de 26 de janeiro de 1983, as Entidades que pretenderem a renovação de suas outorgas deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

4. Neste sentido, o prazo para a Entidade protocolar seu requerimento, considerando que o vencimento de sua outorga ocorreu em 09/01/2014, transcorreu entre as datas de 09/07/2013 a 09/10/2013, o que demonstra que a Entidade ingressou com pedido de Renovação de Outorga fora do prazo legal.

5. Neste sentido, e obedecendo a legislação em vigor, face à intempestividade do pedido, **necessária a conversão do pedido de Renovação de Outorga em Revisão de Outorga**, de forma a contemplar os ditames legais previstos no art. 3º da Portaria n. 153 de 16 de março de 2012 c/c art. 7º, II do Decreto 88.066 de 26 de janeiro de 1983 e at. 10, I da Portaria 329 de 4 de julho de 2012, garantindo ao interessado o contraditório e a ampla defesa vez que sua outorga poderá ser declarada perempta.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, em face do princípio do contraditório esculpido na

Constituição Federal e no art. 12 da Portaria 329 de 04/07/2012, converte-se o feito em Revisão de Outorga e opina-se pela remessa de Ofício à Entidade, instruída com cópia desta Nota Técnica, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias, apresentando sua defesa, caso entenda necessário.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 15/09/2014, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 15/09/2014, às 16:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 15/09/2014, às 16:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 16/09/2014, às 16:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0108446** e o código CRC **C66D4E79**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1ª andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 9370/2014/SEI-MC

Brasília, 15 de setembro de 2014

Ao Senhor Representante Legal da ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.

Avenida São João, n. 40, Centro
Itapirapuã/GO
CEP: 76.290-000

Assunto: REVISÃO DE OUTORGA. Prazo para defesa. Processo nº 53000.071588/2013-75

Senhor (a) Representante Legal,

1. Tendo em vista apresentação intempestiva de pedido de Renovação de Outorga para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024, informamos que o processo foi convertido em processo de Revisão de Outorga, seguindo os ditames legais do Decreto 88.066 de 26 de janeiro de 1983, da Portaria n. 153 de 16 de março de 2012 e da Portaria 329 de 4 de julho de 2012.

2. Assim, encaminhamos anexa Nota Técnica n. 8925 com a qual, em atenção ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, fica Vossa Senhoria notificada a apresentar defesa, caso tenha interesse, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento deste Ofício.

3. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 16/09/2014, às 16:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0108465** e o código CRC **687172D6**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.071588/2013-75**

Interessado: **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 13 (treze) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 12/12/2013

WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/SCE-MC



12
024/

Brasília, 06 de dezembro de 2013

À Senhora

PATRÍCIA ÀVILA DE BRITO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Comunicação Eletrônica

BRASÍLIA-DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 071588/2013-75

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

06/12/2013-17:32

024/1041

Assunto: **RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE CONCESSÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

Senhora Coordenadora,

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA, que explora os serviços de radiodifusão – Rádio Rio Bonito – **FM**, na cidade de **Itapirapuã-GO**, através de sua representante legal, vem solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** da concessão, apresentando em anexo os documentos necessários à instrução do processo.

P. Deferimento


ALESSANDRA ROSA GUIDA

Representante Legal

Avenida São João nº 40 – Centro. CEP – 76.290-000 – Itapirapuã –GO – Tel. (62) 33742611

Solcom
122.1



03/

DECLARAÇÃO

ALESSANDRA ROSA GUIDA, brasileira, solteira, antropóloga, residente e domiciliada na SQN 316, Bl. K, AP 112, Asa Norte, Brasília-DF; RG 1.516.634; CPF 811.664.861-68, representante legal da sociedade empresária denominada ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 03.903.885/0001-27, que explora o serviço de radiodifusão de som no Município de Itapirapuã, Estado de Goiás, declara junto ao Ministério das Comunicações, de que não participa de sociedade em outra entidade que executa o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade prevista no edital, nem como cotista de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

Por ser verdade firmo e assino perante a lei.

Brasília, 06 de dezembro de 2013


ALESSANDRA ROSA GUIDA

Representante Legal

Avenida São João nº 40 – Centro. CEP – 76290-000 – Itapirapuã –GO – Tel. (62) 33742611



DECLARAÇÃO

ALESSANDRA ROSA GUIDA, brasileira, solteira, antropóloga, residente e domiciliada na SQN 316, Bl. K, AP 112, Asa Norte, Brasília-DF; RG 1.516.634; CPF 811.664.861-68, representante legal da sociedade empresária denominada ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 03.903.885/0001-27, que explora o serviço de radiodifusão de som no Município de Itapirapuã, Estado de Goiás, declara junto ao Ministério das Comunicações, que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de chefia e assistência administrativa da execução da outorga a ser renovada.

Por ser verdade firmo e assino perante a lei.

Brasília, 06 de dezembro de 2013


ALESSANDRA ROSA GUIDA

Representante Legal

Avenida São João nº 40 – Centro. CEP – 76290-000 – Itapirapuã –GO – Tel. (62) 33742611



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 30/04/2013		Exercício 2013	
Dados da Entidade Sindical			
Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICACAO DE GOIAS E TOCANTINS 001929		Codigo da Entidade Sindical 000.000.264.90003-0	
Endereço R. DR PEDRO VIRGILIANO N. 175	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 03.071.923.0001-22
Bairro/Distrito SETOR CENTRAL	CEP 74055-220	Cidade/Município GOIANIA	UF GO
Dados do Contribuinte			
Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA ME		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885.0001-27	
Endereço AV. SAO JOAO	Número 40	Complemento	
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO Código Atividade 601
Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal-Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento 22,60	
Capital Social - Empresa 20.000,00	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 678,00	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 1		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (-) Valor Cobrado	
104-0 10499.79006 03617.703909 38850.001017 4 56840000002260			
Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento
			Exercício



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 30/04/2012		Exercício 2012	
Dados da Entidade Sindical			
Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICACAO DE GOIAS E TOCANTINS 001929		Codigo da Entidade Sindical 000.000.264.90003-0	
Endereço R. DR PEDRO VIRGILIANO N. 175	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 03.071.923.0001-22
Bairro/Distrito SETOR CENTRAL	CEP 74055-220	Cidade/Município GOIANIA	UF GO
Dados do Contribuinte			
Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA ME		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885.0001-27	
Endereço AV. SAO JOAO	Número 40	Complemento	
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO Código Atividade 601
Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal-Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento 20,73	
Capital Social - Empresa 20.000,00	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 622,00	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 1		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (-) Valor Cobrado	
104-0 10499.79006 03617.703909 38850.001017 6 53190000002073			
Código do Cedente 000.000.264.90003-0	Nosso Número 038038850001	Valor do Documento 20,73	Data Vencimento 30/04/2012
		Exercício 2012	
Autenticação Mecânica			



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Dados da Entidade Sindical		Vencimento 30.04.2010	Exercício 2010
Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICACAO DE GOIAS E TOCANTINS 001929		Código da Entidade Sindical 000.000.264.90003-0	
Endereço R. DR PEDRO VIRGIANO N. 175	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 03.071.923.0001-22
Bairro/Distrito SETOR CENTRAL	CEP 74055-220	Cidade/Município GOIANIA	UF GO
Dados do Contribuinte		CPF/CNPJ Código do Contribuinte 03.903.885.0001-27	
Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA ME			
Endereço AV. SAO JOAO	Número 40	Complemento	
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO
Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento 34,00	
Capital Social - Empresa 20.000,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 1.020,00	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 2	(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (-) Valor Cobrado	
104-0		10499.79006 03617.703909 38850.001017 7 4588000003400	
Código do Cedente 000.000.264.90003-0	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento 34,00	Data Vencimento 30.04.2010
		Exercício 2010	
Autenticação Mecânica			



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Dados da Entidade Sindical		Vencimento 30.04.2011	Exercício 2011
Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICACAO DE GOIAS E TOCANTINS 001929		Código da Entidade Sindical 000.000.264.90003-0	
Endereço R. DR PEDRO VIRGIANO N. 175	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 03.071.923.0001-22
Bairro/Distrito SETOR CENTRAL	CEP 74055-220	Cidade/Município GOIANIA	UF GO
Dados do Contribuinte		CPF/CNPJ Código do Contribuinte 03.903.885.0001-27	
Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA ME			
Endereço AV. SAO JOAO	Número 40	Complemento	
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO
Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento 18,17	
Capital Social - Empresa 20.000,00	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 545,00	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 1	(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (-) Valor Cobrado	
104-0		10499.79006 03617.703909 38850.001017 1 49530000001817	
Código do Cedente 000.000.264.90003-0	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento 18,17	Data Vencimento 30.04.2011
		Exercício 2011	
Autenticação Mecânica			



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Díque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMUNICACAO DE GOIAS E TOCANTINS 001929		Vencimento 30/04/2009		Exercício 2009	
Endereço R DR PEDRO VIRGIANO N 175		Número	Complemento	Código da Entidade Sindical 000.000.264.90003-0	
Bairro/Distrito SETOR CENTRAL	CEP 74055-220	Cidade/Município GOIANIA		CNPJ da Entidade 03.071.923/0001-22	
UF GO					

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885/0001-27		
Endereço AV SAO JOAO		Número 40	Complemento		
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA		UF GO	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 62,00	
Capital Social - Empresa 20.000,00	Nº Empregados Contribuintes 4	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 1.860,00	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 4	(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	

104-0	10499.79006 03617.703909 38850.001017 4 42230000006200			
Código do Cedente 000.000.264.90003-0	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento 62,00	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009

Autenticação Mecânica

CEF150203122013012741000580

2009/04/04

2009/04/04

CEF150203122013012741000580

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO LTDA
CNPJ: 03.903.885/0001-27

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:43:11 do dia 04/12/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/01/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 001542013-08001885

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA - ME

CNPJ: 03.903.885/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 13/08/2013.

Válida até 09/02/2014.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03903885/0001-27
Razão Social: ORGANIZACOES RIO BONITO LTDA
Nome Fantasia: RADIO RIO VERMELHO FM
Endereço: AV SAO JOAO 40 / CENTRO / ITAPIRAPUA / GO / 76290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/10/2013 a 26/11/2013

Certificação Número: 2013102815002467979977

Informação obtida em 21/11/2013, às 22:18:10.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA - ME
CNPJ: 03.903.885/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 08:03:24 do dia 13/11/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/05/2014.

Código de controle da certidão: **4381.A954.FB6C.F7EC**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado de Goiás
Secretaria da Fazenda
Gerencia de Cobrança e Processos Especiais
Gerencia da Divida Ativa e de Apoio a Execucao Fiscal

12
A

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: N° 10698606

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA ME

CNPJ
03.903.885/0001-27

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pelo TELEFONE 0800-62-0707 ou pela INTERNET, no endereço: <http://www.sefaz.go.gov.br>.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.513.411.557

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 22 NOVEMBRO DE 2013

HORA: 15:56:47:9



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRAPUÃ
SECRETARIA DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO 735 / 2013

13
A

CERTIFICAMOS que, até a presente data, NÃO CONSTA(M), nas bases informatizadas e integradas do sistema de arrecadação da Secretaria de Fazenda do Município, débito(s) ou pendência(s) fiscal(is), em nome do(a) Contribuinte abaixo indicado(a):

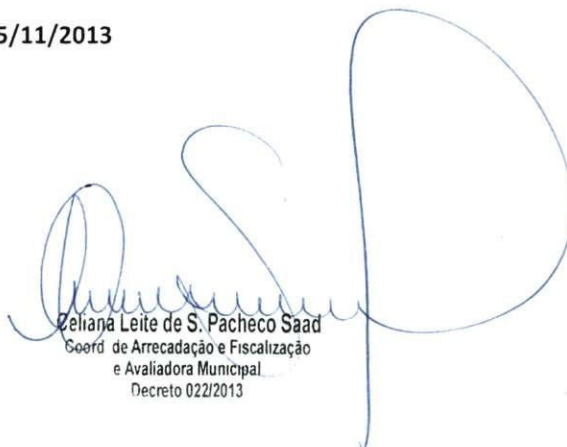
I - Identificação do Contribuinte

Nome: **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME**
CNPJ: **03.903.885/0001-27**
Inscrição Municipal: **476**
Identificador: **5233**
Endereço: **AV SAO JOAO , CENTRO, ITAPIRAPUÃ - GO**

Ficam ressalvadas os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRAPUÃ, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Município.

Chave eletrônica de identificação: **74x28h977g**
Data Validade: **25/12/2013**
Número Via: **1**
Data Emissão: **25/11/2013**


Zeliara Leite de S. Pacheco Saad
Coord. de Arrecadação e Fiscalização
e Avaliadora Municipal
Decreto 022/2013

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Perfil das Empresas - ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA**CNPJ:** 03903885000127**Presidente:****Endereço:** AVENIDA SAO JOAO - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 20.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 20.000,00**Quadro Societário**

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
056.676.581-00	HUNDALTO GUIDA	3.400	3.400,00
119.426.901-00	CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	6.600	6.600,00
811.664.861-68	ALESSANDRA ROSA GUIDA	10.000	10.000,00

Conselho**Diretoria**

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
056.676.581-00	HUNDALTO GUIDA	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar Imprimir Exportar Excel

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: GO

Município: Itapirapuã

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	Itapirapuã	09/01/2004	09/01/2014

Usuário: - Data: 23/04/2014 Hora: 14:51:33

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.071588/2013-75**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 28 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira**, Analista Tec Administrativo, em 28/08/2014, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0108440** e o código CRC **4AAB78BB**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 26 de setembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível**, em 26/09/2014, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0158179** e o código CRC **B60354E4**.

OF: 9370/2014/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA
AV. SÃO JOÃO, Nº 40 – CENTRO
CEP: 76.290-000 ITAPIRAPUÁ/GO
PROC.: 53000.071588/2013
REVISÃO DE OUTORGA





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JG 09075943 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA VANESSA RODRIGUES MACÊDO,
D.D. COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO
COMERCIAL**

Ref.: Processo nº 53000.071588/2013-75 (Revisão de outorga)
Ofício nº 9370/2014/SEI-MC

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.,
pessoa jurídica devidamente identificada no processo em epígrafe,
executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na
localidade de Itapirapuã, Estado de Goiás, vem, com os respeito e
acatamento devidos, à ilustre presença de Vossa Senhoria, por
intermédio de seu advogado subscrito *in fine*¹, apresentar sua

D E F E S A

aos termos do Ofício nº 9370/2014/SEI-MC, consoante razões de fato e
de direito esposadas a seguir.

MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL
Em 30/10/14
Nome Legível Ana Paula

¹ Documento nº 01 – Instrumento de procuração.



I - DA TEMPESTIVIDADE

Exordialmente, cumpre patentear a tempestividade da presente manifestação.

O Ofício nº 9370/2014/SEI-MC, datado de 15 de setembro de 2014, foi recebido pelas **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.** no dia 2 de outubro subsequente, consoante AR à fl. e registro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com o objetivo de notificar a entidade “a apresentar defesa” no prazo de 30 (trinta) dias.

Sendo certo que o protocolo não excedeu ao prazo de 30 (trinta) dias, patente sua tempestividade.

II - DOS FATOS

Noticia o Ofício referido que “*tendo em vista apresentação intempestiva de pedido de Renovação de Outorga para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024, informamos que o processo foi convertido em processo de Revisão de Outorga, seguindo os ditames legais do Decreto 88.066 de 26 de janeiro de 1983, da Portaria n. 153 de 16 de março de 2012 e da Portaria 329 de 4 de julho de 2012*”.

Juntamente com o mencionado Ofício foi encaminhada ainda a Nota Técnica nº 8925/2014/SEI-MC, informando que:

“2. Em 06/12/2013, foi protocolado, neste Ministério, pedido de Renovação de Outorga da Entidade, para execução do serviço descrito no item 1 [radiodifusão sonora em frequência modulada], para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024.

3. De acordo com o art. 3º do Decreto nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983, as Entidades que pretenderem a renovação de suas outorgas deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

4. Neste sentido, o prazo para a Entidade protocolar seu requerimento, considerando que o vencimento de sua outorga ocorreu em 09/01/2014, transcorreu entre as datas de 09/07/2013 a 09/10/2013, o que demonstra que a Entidade ingressou com pedido de Renovação de Outorga fora do prazo legal.

SHIS QI 21 Conjunto 07 Casa 17
CEP: 71.655-270 Brasília – DF
Telefone: (61) 3703.5558
contato@mouraeribeiro.adv.br



5. Neste sentido, e obedecendo a legislação em vigor, face à intempestividade do pedido, **necessária a conversão do pedido de Renovação de Outorga em Revisão de Outorga**, de forma a contemplar os ditames legais previstos no art. 3º da Portaria n. 153 de 16 de março de 2012 c/c art. 7º, II do Decreto 88.066 de 26 de janeiro de 1983 e at. 10, I da Portaria 329 de 4 de julho de 2012, garantindo ao interessado o contraditório e a ampla defesa vez que sua outorga poderá ser declarada perempta.”

Eis breve síntese dos fatos, confeccionada no mero afã de subsidiar o elevado descortino de Vossa Senhoria.

III – DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Preliminarmente, cumpre destacar questão da mais alta relevância, pois, como notório, os princípios do contraditório e da ampla defesa, no ordenamento jurídico pátrio, constituem cláusula pétrea insculpida no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, que assevera:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Aliás, a própria Nota Técnica nº 8925/2014/SEI—MC sugere “a conversão do pedido de Renovação de Outorga em Revisão de Outorga” “garantindo ao interessado o contraditório e a ampla defesa”.

Por sua vez, a professora titular de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, leciona, em breves linhas, que:

“O princípio do contraditório, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe oportunidade de resposta. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação. Exige: 1- notificação dos atos processuais à parte interessada; 2- possibilidade de exame das provas constantes do processo; 3- direito de assistir à inquirição de testemunhas; 4- direito de apresentar defesa escrita”².

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 367.



Nesse diapasão, cabe salientar que, não obstante tenha sido requerida cópia integral do presente feito³ no último dia 12 e tenha recolhido o valor das cópias no dia 21 subsequente⁴, o pedido não foi atendido até o protocolo da presente, o que impossibilita o exercício do contraditório e da ampla defesa em suas plenitudes.

Assim, é a esta para requerer, preliminarmente, que, tão logo tenha acesso a integralidade dos autos, seja franqueada as **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.** a apresentação de nova manifestação, de forma a restarem atendidos, em suas concretudes, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

IV – DA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Inicialmente, cabe destacar que o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em sua redação original, estipulava que:

“Art 31. Publicado o contrato no *Diário Oficial* da União, o CONTEL o remeterá, dentro de 20 (vinte) dias, contados da data da sua publicação, ao registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo Único. O contrato de concessão somente entrará em vigor a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma, caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser registrado”.

Às **Organizações Rio Bonito Ltda.** foi outorgada a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás, por intermédio do Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no D.O.U. de 12 de novembro de 2003.

À época, o dispositivo inserto no artigo 31 acima transcrito já havia sido alterado, vigendo com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, que estipulada, *ipsis litteris*:

“Art. 31 - O contrato de concessão entrará em vigor na data de publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União”.

³ Documento nº 02 – Cópia do requerimento encaminhado via peticionamento eletrônico.

⁴ Documento nº 03 – Cópia do comprovante de recolhimento do valor das cópias.



E, efetivamente, o extrato do contrato de adesão de permissão outorgada às Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda. restou publicado no D.O.U. de 9 de janeiro de 2004.

Mais recentemente, o Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, alterou novamente a redação do mencionado artigo 31, instituindo ainda um novo 31-A que, em seu § 3º, estipula que:

“Art. 31-A. (...)

(...) ”

§ 3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo”.

De todo modo, independentemente das diversas alterações na forma de contagem do prazo das concessões ou permissões desde a edição do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o certo é que nenhum diploma legal (aqui considerado em sua acepção estrita) permite seja não renovada a outorga em decorrência de mera apresentação do pedido fora do prazo estipulado que, conforme restará demonstrado, é também controverso.

Assim, com a devida vênia, o protocolo do pedido de renovação realizado aquém ou além do prazo estipulado, por si só, não tem o condão de levar a preempção ou expiração da outorga, como restará demonstrado.

Vejamos! Efetivamente, o *caput* do artigo 3º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, estipula que, *verbis*:

“Art 3º - As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões”.

Mas, importante destacar, o Decreto nº 88.066, logo em sua ementa, informa que “*dá nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão)*”.

SHIS QI 21 Conjunto 07 Casa 17
CEP: 71.655-270 Brasília – DF
Telefone: (61) 3703.5558
contato@mouraeribeiro.adv.br



Por relevante, a Lei nº 5.785 foi editada com objetivo de disciplinar situação específica das concessões e permissões para execução do serviço de radiodifusão sonora que, em decorrência do disposto no artigo 117 da Lei nº 4.117⁵, foram mantidas por mais de 10 (dez) anos, contados da publicação da referida lei, automaticamente prorrogadas por determinado período.

Ademais, se não se encaixa na situação da Lei nº 5.785, a entidade **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.** também não é executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens e, portanto, salvo melhor juízo, não sujeita ao disciplinamento do Decreto nº 88.066.

Cabe ainda salientar que o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, estipula que:

“Art 110. O direito à renovação decorre do cumprimento pela concessionária, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada.

Art 111. Os prazos de concessão ou permissão, previstos no art. 27, poderão ser renovados por períodos sucessivos iguais.

Art 112. As empresas que desejarem a renovação dos prazos de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao CONTEL, (Modelo nº 8), no período compreendido entre os 180 (cento e oitenta) e os 120 (cento e vinte) dias anteriores ao término dos respectivos prazos.

Parágrafo único. Havendo a concessionária ou permissionária requerido a renovação do prazo, ter-se-á a mesma como deferida, se o órgão competente não decidir dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da entrada do requerimento.”

Portanto, diversamente do Decreto nº 88.066 (que é mais recente, mas mais específico, contemplando apenas as renovações do serviço de radiodifusão de sons e imagens), o Decreto nº 52.795 (que é mais antigo, mas não resta cingido a modalidade de sons e imagens do serviço de radiodifusão) estabelece que o requerimento solicitando a renovação da concessão ou permissão deve ser apresentado *“no período compreendido entre os 180 (cento e oitenta) e os 120 (cento e vinte) dias anteriores ao término dos respectivos prazos”*.

⁵ “Art. 117. As concessões e autorizações para os serviços de radiodifusão em funcionamento ficam automaticamente mantidas pelos prazos fixados no art. 33, § 3º, desta lei.”





Entretanto, não é objeto do presente discutir se aplicável, ao caso em tela, o disposto no Decreto nº 52.795 ou o asseverado no Decreto nº 88.066.

Pois, muito embora, por óbvio, o prazo para formulação do interesse em renovar a concessão ou permissão seja relevante, não o é ao ponto de impedir a renovação da outorga – como no caso presente – que deve e resta fulcrada em princípios e regramentos outros.

Afinal, a não apresentação do requerimento no período estipulado de 6 (seis) a 3 (três) meses antes ao término da concessão ou permissão (ou no prazo elencado no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão) não implica, ao contrário do que sustentado na Nota Técnica em comento, no funcionamento irregular da entidade ou na expiração da outorga.

Tal conclusão é inafastável diante de uma atenta análise dos dispositivos legais atinentes à espécie.

Se não, vejamos!

Ainda que considerando o Decreto nº 88.066 como aplicável ao caso em comento, o citado diploma legal, em seu artigo 4º, esclarece que *“havendo a concessionária ou permissionária requerido a renovação na forma devida e com a documentação hábil, ter-se-á o pedido como deferido, se o órgão competente não lhe fizer exigência ou não decidir sobre o pedido até a data prevista para o término da concessão ou permissão”*.

Portanto, na hipótese da renovação ter sido requerida na forma devida (mediante requerimento – conforme modelo próprio – e no período aprazado) e com a documentação exigida, em não sendo realizada qualquer exigência até a data prevista para o término da concessão ou permissão, aquela será considerada como deferida.

SHIS QI 21 Conjunto 07 Casa 17
CEP: 71.655-270 Brasília – DF
Telefone: (61) 3703.5558
contato@mouraeribeiro.adv.br



Mas, e se requerida a renovação fora do período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao seu término, estaria a outorga fadada a não ser renovada?

Da mesma forma, se o pedido for realizado mediante requerimento diverso do modelo próprio não será admitida a renovação da outorga?

A resposta é, com a devida vênia, desenganadamente negativa!

Afinal, o próprio artigo 7º do Decreto nº 88.066 elucida que:

“Art 7º - A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

I - a renovação não for conveniente ao interesse nacional;

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.”

Assim, nos termos do Decreto nº 88.066, a perempção da outorga é possível quando “a renovação não for conveniente ao interesse nacional” ou decorrente do não cumprimento de exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observância das finalidades educativas e culturais, como, aliás, prevê a própria Constituição Federal em seu artigo 221, I, no tocante a produção e a programação das emissoras de rádio e de televisão.

E, neste ponto, cabe novamente indagar: é qualquer descumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar que implica na perempção da concessão ou permissão?

Por exemplo: deixar de apresentar declaração de composição de capital social ao Ministério das Comunicações, em determinado ano, resulta na perempção da outorga?

E deixar de irradiar o indicativo de chamada, pode implicar também na não renovação da outorga?

SHIS QI 21 Conjunto 07 Casa 17
CEP: 71.655-270 Brasília – DF
Telefone: (61) 3703.5558
contato@mouraeribeiro.adv.br



Indubitavelmente que não, mesmo ambas sendo exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço!

Assim, até em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não é qualquer infração a exigência legal ou regulamentar que implica na gravosa pena de perempção da outorga, devendo aquela ser de tamanha gravidade que, realmente, mereça ser punida com sanção de tal magnitude.

Neste sentido, inclusive, o artigo 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal estabelece que esta “obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade**, **proporcionalidade**, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência”.

Obviamente, também o Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de se manifestar sobre o assunto, consignando que “o controle judicial de atos administrativos tidos por ilegais ou abusivos não ofende o princípio da separação dos Poderes, inclusive quando a análise é feita à luz dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade”⁶.

No mesmo diapasão, portanto, patente que não cabe a penalidade de perempção ou de expiração da outorga pelo simples fato do requerimento de renovação não ter sido apresentado dentro do período estipulado, não obstante a observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como do cumprimento de suas finalidades educativas e culturais.

Ainda mais quando, como na hipótese em tela, o pedido de renovação foi apresentado ainda antes do término do prazo da outorga, ou seja, sequer é possível afirmar que houve a expiração da concessão sem manifestação das **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.**

⁶ STF – RE nº 580.642 AgR/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 09.09.2014.



Portanto, no caso ora em apreço, é possível até vislumbrar o descumprimento de norma aplicável ao serviço de radiodifusão, mas nunca a atrair tão gravosa sanção como a expiração ou perempção da concessão.

Aliás, muito embora a Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, deste Ministério das Comunicações, estabeleça, no § 3º de seu artigo 4º, que *“os pedidos de renovação apresentados fora do prazo previsto no § 1º serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”*, a legalidade de tal dispositivo é, no mínimo, questionável, vez que resulta em hipótese fática de aplicação de sanção não elencada na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, ou mesmo no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

E, como notório, no direito pátrio, não é admitido a regulamento e, muito menos, portaria, criar, estabelecer, alterar ou extinguir direitos e obrigações, ante ao princípio da legalidade.

Sobre o tema, o sempre redivivo Pontes de Miranda elucida que:

“Se o regulamento cria direitos ou obrigações novas, estranhas à lei, ou faz reviver direitos, deveres, pretensões, obrigações, ações ou exceções, que a lei apagou, é inconstitucional. Por exemplo: se faz exemplificativo o que é taxativo, ou vice-versa. Tampouco pode ele limitar, ou ampliar direitos, deveres, pretensões, obrigações ou exceções à proibição, salvo se estão implícitas. Nem ordenar o que a lei não ordena”⁷.

Esclarecedora também a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem:

“Se o regulamento não pode criar direitos ou restrições à liberdade, propriedade e atividades dos indivíduos que já não estejam estabelecidos e restringidos na lei, menos ainda poderão fazê-lo instruções, portarias e resoluções. Se o regulamento não pode ser instrumento para regular matéria que, por ser legislativa, é insuscetível de delegação, menos ainda

⁷ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n. 1 de 1969*. 2ª ed. São Paulo: RT, 1970, ps. 316 e 317.



poderão fazê-lo atos de estirpe inferior, quais instruções, portarias ou resoluções”⁸.

Como não poderia ser diferente, também o Superior Tribunal de Justiça adverte que:

“ADMINISTRATIVO - SANÇÃO PECUNIÁRIA - LEI 4.595/64. 1. Somente a lei pode estabelecer conduta típica ensejadora de sanção. 2. Admite-se que o tipo infracionário esteja em diplomas infralegais (portarias, resoluções, circulares etc), mas se impõe que a lei faça a indicação. 3. Recurso especial improvido”⁹.

Por oportuno, cabe destacar que a Lei nº 4.117, ao contrário de determinar a perempção ou expiração da outorga em razão de mero protocolo de solicitação de renovação a destempo, assegura que *“o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência”*¹⁰.

Afinal, o que realmente importa para o próprio Poder Concedente e para a sociedade em geral é se a entidade observou suas finalidades educativas, culturais e morais, além de ter cumprido com as exigências legais e regulamentares do serviço – o que não quer dizer, entretanto, que não possa incidir em alguma infração no decorrer dos anos de vigência de sua outorga.

O mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, no artigo 68, elenca que a caducidade da concessão somente se dará nos casos de:

“Art. 68. (...)

a) quando a concessão ou a autorização decorra de convênio com outro país, cuja denúncia a torne inexecutável;

b) quando expirarem os prazos de concessão ou autorização decorrente de convênio com outro país, sendo inviável a prorrogação”.

⁸ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 208.

⁹ STJ – REsp nº 324.181/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 08.04.2003.

¹⁰ Artigo 67, parágrafo único.



E o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão não traz regramento muito diverso, pois afirma que “o direito à renovação decorre do cumprimento pela concessionária, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada”¹¹.

Assim, uma simples leitura, seja da Lei nº 4.117, seja do Decreto nº 52.795, permite evidenciar que o protocolo do pedido de renovação, caso venha a ocorrer fora do prazo estipulado, não é motivo ensejador, por si só, da não renovação da outorga, vez que a conveniência dessa deve ser analisada sob prisma totalmente diverso, precisamente quanto a observância das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou a entidade, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

V – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Tal o quadro, de qualquer aresta que se observe, forçosa a conclusão de que a entidade **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.** não incidiu em infração a implicar na perempção ou expiração da outorga, razão pela qual requer, por medida de justiça, cumpridas as formalidades legais, o arquivamento do Processo de Revisão de Outorga nº 53000.071588/2013-75, com o prosseguimento regular do pedido de Renovação de Outorga.

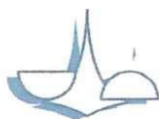
Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 30 de outubro de 2014.


RODOLFO MACHADO MOURA
OAB/DF nº 14.360


LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA
OAB/DF nº 13.070-E

¹¹ Artigo 110.



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 03.903.885/0001-27, com endereço à Avenida São João, nº 40, Centro, CEP: 76.290-000, Itapirapuã – GO, neste ato representada por **HUNDALTO GUIDA**, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **RODOLFO MACHADO MOURA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 14.360 e **LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, acadêmico de Direito, inscrito na OAB/DF sob o nº 13.070/E, ambos com endereço indicado no rodapé, aos quais confere os poderes necessários das cláusulas “*ad judicium e extra*”, especialmente perante o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte os poderes que ora lhe são conferidos.

Brasília - DF, 10 de outubro de 2014.

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.

SHIS QI 21 Conjunto 07 Casa 17
CEP: 71.655-270 Brasília – DF
Telefone: (61) 3703.5558
contato@mouraeribeiro.adv.br



REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

() Vista (X) Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar: _____

Processo nº 53000.071588/2013-75

Tipo de Processo: () Outorga (X) Pós-Outorga () Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa (X) Rádio/TV Comercial () RTV () SARC

Entidade: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ nº: 03.903.885/0001-27

Interessado(a): RODOLFO MACHADO MOURA

CPF/MF: 636.175.011-68 RG nº 1.497.955 SSP/DF Fone: (61) 3703.5558 / 8162.5003

E-mail: RODOLFOMMOURA@GMAIL.COM Endereço: SHIS QI 21 CONJUNTO 07 CASA 17

CEP: 71.655-270 Município: BRASÍLIA UF: DF

() Procurador (X) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

BRASÍLIA – DF, 12 DE OUTUBRO DE 2014

Município/dia/mês/ano

Assinatura

3413403413

COMPROVANTE DE PAGAMENTO


CLIENTE: JURCELENE CARDOSO COSTA
AGENCIA: 3413-4 CONTA: 7.448-
9

Convenio GRU-
GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89840000000-0 03600001010-
4
95523021882-7 20491823027-
1
Data do pagamento 21/10/2014
NRO de Referencia 53000071588201375
CNPJ 03903885/0001-

Valor em Dinheiro 27
Valor em Cheque 3,60
Valor Total 0,00
3,60

DOCUMENTO: 102101
AUTENTICACAO SISBB:
9.DAA.DBE.B40.34B.02B

Gerado a partir de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.aspSR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	53000071588201375
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.	CNPJ ou CPF do Contribuinte	03.903.885/0001-27
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	3,60
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNB514900AFF0D022FBF23D09103AB97F6]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	3,60

89840000000-0 03600001010-4 95523021882-7 20491823027-1



NOTA TÉCNICA Nº 9106/2015/SEI-MC

Processo n.º: 53000.071588/2013-75.

Assunto: CONSULTA À CONSULTORIA JURÍDICA – CONJUR. Renovação de outorga intempestiva. Conversão do pedido em revisão de outorga. Notificação à Entidade. Exercício do direito de defesa.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, referente à Renovação de Outorga para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024.

ANÁLISE

2. Infere-se do art. 3º do Decreto nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983, que as Entidades que pretenderem a renovação de suas outorgas deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

3. Nesse sentido, é importante registrar que o prazo legal para a Entidade protocolar o requerimento para o período de 09/01/2014 a 09/01/2024, transcorreu entre as datas de 09/07/2013 a 09/10/2013. Todavia, a Interessada ingressou com o pedido em 06/12/2013.

4. Por essa razão o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, nos termos da Nota Técnica nº 8925/2014/SEI/MC (0108446), propôs a conversão do pedido de renovação em revisão e, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, a remessa do Ofício nº 9370/2014/SEI-MC (0108465) à Interessada, para que, querendo, apresentasse defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do Ofício.

5. Em sede de defesa, por meio de documentação protocolizada sob o nº 53900.026081/2014-02, a Entidade alega, em síntese, o seguinte:

"De todo modo, independentemente das diversas alterações na forma de contagem do prazo das concessões ou permissões desde a edição do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o certo é que nenhum diploma legal (aqui considerado em sua acepção estrita) permite seja não renovada a outorga em decorrência de mera apresentação do pedido fora do prazo estipulado que, conforme restará demonstrado, é também controverso.

Assim, com a devida vênia, o protocolo do pedido de renovação realizado aquém ou além do prazo estipulado, por si só, não tem o condão de levar a perempção ou expiração da outorga, como restará demonstrado.

(...)

Pois, muito embora, por óbvio, o prazo para formulação do interesse em renovar a concessão ou permissão seja relevante, não o é ao ponto de impedir a renovação da outorga – como no caso presente - que deve e resta fulcrada em princípios e regramentos outros.

Afinal, a não apresentação do requerimento no período estipulado de 6 (seis) a 3 (três) meses antes ao término da concessão ou permissão (ou no prazo elencado no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão) não implica, ao contrário do que sustentado na Nota Técnica em comento, no funcionamento irregular da entidade ou na expiração da outorga.

(...)

Ainda mais quando, como na hipótese em tela, o pedido de renovação foi apresentado ainda antes do término do prazo da outorga, ou seja, se quer é possível afirmar que houve a expiração da concessão sem manifestação das Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda."

6. Apesar de tais considerações, verifica-se que, de fato, a Entidade não cumpriu a exigência legal de apresentação do pedido de renovação de outorga em tempo oportuno.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, entende ser prudente a remessa dos autos à Conjur, para exame e manifestação sobre a possibilidade de acolhimento dos argumentos relatados nesta Nota Técnica, como também, quanto as providências a serem adotadas pela Secretaria de Comunicação Eletrônica.

8. De todo modo, para o caso de não acolhimento dos argumentos supracitados, seguem abaixo, minutas de Portaria e correspondente Exposição de Motivos, para exame e posterior submissão ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para decidir sobre a matéria.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 12/05/2015, às 16:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 12/05/2015, às 16:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 12/05/2015, às 17:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Saraiva de Andrade, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 03/07/2015, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily Franca, Diretora do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica - Substituta**, em 27/07/2015, às 10:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/09/2015, às 16:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0489325** e o



Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE 2015.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 94, §3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar perempta, de acordo com o art. 7º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., por meio da Portaria n. 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº _____ - MC

Brasília, _____ de _____ de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75, acompanhado da Portaria que declara perempta a

permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 9370/2014/SEI-MC/DEOC/GTCO
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA
 AV. SÃO JOÃO, Nº 40 – CENTRO
 CEP: 76.290-000 ITAPIRAPUÁ/GO
 PROC.: 53000.071588/2013
 REVISÃO DE OUTORGA

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

02/10/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

LINDOMAR GONÇALVES

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Paulo José Mendes
 Agente de Contas
 Documento 8.330.835-0

02 OUT. 2014

ITAPIRAPUÁ - GO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

JG 09075943 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COTA Nº 596/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.071588/2013-75

INTERESSADO: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.

ASSUNTO: Revisão de Outorga.

1. Antes do pronunciamento por esta Consultoria Jurídica e em razão dos pareceres nº 284/2014/SEI-MC, nº 442/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU e nº 887/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, é necessário que a SCE sobre os seguintes pontos:
 - a. quando a entidade foi outorgada pela primeira vez;
 - b. se a entidade possui algum outro pedido para períodos anteriores não analisados; e
 - c. acaso tenha pedidos não analisados, se a entidade prontamente atende as exigências do Ministério.
2. Por fim, é imperioso que a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, se posicione sobre os argumentos trazidos pela entidade, já que se limitou apenas a reproduzir os fundamentos.
3. Encaminhe-se à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica**, em 22/10/2015, às 11:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0783372** e o código CRC **691C615C**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.071588/2013-75

Encaminhe-se ao Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 22 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 22/10/2015, às 16:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0784559** e o código CRC **E0815958**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.071588/2013-75

Ao GTCO.

De ordem do Senhor Diretor encaminho o presente documento para adoção das pertinentes providências.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Rodrigues de Araujo, Técnico de Nível Superior**, em 22/10/2015, às 17:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0784629** e o código CRC **5C5A2309**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.071588/2013-75

De ordem, remeto os autos ao SLPOS para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **William de Souza Correa, Administrador**, em 23/10/2015, às 11:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0785346** e o código CRC **FE4A61E8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



BOM DIA
Sérgio Rossi Junior

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.903.885/0001-27

ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALESSANDRA ROSA GUIDA	811.664.861-68	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã
CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	119.426.901-00	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	6600	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã
HUNDALTO GUIDA	056.676.581-00	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Itapirapuã
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	3400	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 04/01/2017

Hora: 11:01:42



BOM DIA
Sérgio Rossi Junior

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 811.664.861-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALESSANDRA ROSA GUIDA	811.664.861-68	FUNDACAO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO	04.644.419/0001-37	Diretor (DIRETORA VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	GO	Goiânia
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior** Data: **04/01/2017** Hora: **11:02:11**

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 119.426.901-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	119.426.901-00	RADIO GALILEIA FM DE PORANGATU LTDA - ME	01.844.729/0001-07	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Porangatu
		LOPES E ROSEMBERG LTDA - ME	03.902.539/0001-24	Sócio	115000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Mara Rosa
		LOPES E ROSEMBERG LTDA - ME	03.902.539/0001-24	Sócio	115000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Santo Antônio da Barra
		RADIO GALILEIA FM DE PORANGATU LTDA - ME	01.844.729/0001-07	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Porangatu
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	6600	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior**Data:** 04/01/2017**Hora:** 11:02:43



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 03903885000127

Emitida às 11:03:47 do dia 04/01/2017 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda

Dados da Consulta Consulta

Relação de débitos para impressão do boleto

Detalhes dos Débitos:

Data para pagamento informada : 04/01/2017

Entidade: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA - CNPJ: 03.903.885/0001-27

X	Vencimento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)	Valor Débito	Situação
	31/03/2016	2016	230	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50012413593-0018	431,88	Vencido

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] 

Atenção! No caso de crédito inscrito em dívida ativa desde 04/12/2008, o pagamento do boleto emitido nos sistemas SIGEC ou BOLETO não importa a quitação dos encargos legais previstos do Art. 37-A, § 1º., da Lei no 10.522/2002, com a redação incluída pela Lei no 11.941/2009, combinado com Art. 1º do Decreto-Lei no 1.025/1969, com as alterações introduzidas pelo art. 3º do Decreto-Lei no 1.569/1977 e pelo art. 12 do Decreto-Lei no 2.163/1984.

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

 Tela Inicial  Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
203	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	GO	Itapirapuã	FM	3	N	

Usuário: - Data: **04/01/2017** Hora: **11:04:59**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: GO
Município: Itapirapuã
Frequência: 88,5 MHz
Classe: C
Canal: 203

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 443777233
Primeiro
Licenciamento: 29/07/2010 11:16:45

Fistel: 50012413593
CNPJ: 03.903.885/0001-27
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)
Último
Licenciamento: 29/07/2010 11:16:45

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50012413593

Coordenadas Geográficas do Município

Município:

Latitude: Longitude: Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " SulLongitude: ° ' " Local Específico: Coordenada
pré-fixada?: Não

Características

Canal: 203

Frequência: 88,5

Classe: Canal Educativo?:

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

RESOLUCAO ANATEL 125/99

Máximo: 250 Digitados: 23

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone:

Fax:

Endereço de Correspondência

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 50012413593

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	10/07/2002 Outorga	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	12/11/2003 Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/09/2005 Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	31/10/2007 Aprovação de Local	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	14/04/2011 Multa	Jur.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA -
CNPJ/CPF(03.903.885/0001-27)

Município/UF: ITAPIRAPUÁ/GO

Indicativo: ZYT254

Situação: Entidade devedora
(Bloqueada)

Canal PB: 203

Classe PB: C

Características de Operação

Classe: Canal:

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo

Domingo

X

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: GO

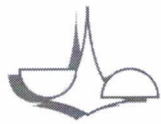
Município: Itapirapuã

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	Itapirapuã	09/01/2004	09/01/2014

Usuário: - Data: 04/01/2017 Hora: 11:08:58

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR GILBERTO KASSAB, D.D. MINISTRO DE
ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

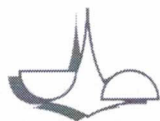
Ref.: Processo nº 53000.071588/2013-75 (Renovação de Outorga)

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica devidamente identificada no processo em epígrafe, vem, com os respeito e acatamento devidos, à ilustre presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados subscritos *in fine*, expor para, ao final, requerer o que segue:

I - Conforme consta dos autos, a **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.** apresentou requerimento de renovação de sua outorga para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Itabirapuã, estado de Goiás, referente ao período compreendido de 9 de janeiro de 2014 a 8 de janeiro de 2024 em 6 de dezembro de 2013¹;

II - Entretanto, por vislumbrar a intempestividade do pedido formulado, o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial do então Ministério das Comunicações entendeu “*necessária a conversão do pedido de Renovação de Outorga em Revisão de Outorga*”;

¹ Consoante documento à fl. dos autos.



III - Em sequência, a entidade foi notificada para, desejando, apresentar defesa, o que efetivamente ocorreu, consoante protocolo nº **53900.026081/2014-02**;

IV - Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise no Subgrupo Legal de Pós-Outorga da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério;

V - Entretanto, como é do conhecimento de Vossa Excelência, no último dia 3 restou editada a Medida Provisória nº 747², alterando a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, *“para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão”*;

VI - Por relevante, o artigo 2º da referida Medida Provisória dispõe, *in verbis*:

“Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação desta Medida Provisória serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação desta Medida Provisória.”

VII - Portanto, ainda que efetivamente tenha sido apresentado a destempo, patente que o pedido de renovação protocolado em 6 de dezembro de 2013³ resta contemplado no dispositivo legal supra transcrito, devendo ser dado regular prosseguimento ao requerimento apresentado pela **Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.** objetivando a renovação de sua outorga para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Itabirapuã, estado de Goiás;

² Documento nº 01.

³ Portanto, anteriormente a edição da Medida Provisória nº 747.



VIII - Dessa forma, é o presente para solicitar, nos termos do artigo 2º, *caput*, da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, o conhecimento do pedido de renovação apresentado em 6 de dezembro de 2013, com o prosseguimento do processo de renovação de outorga em tela que, ao seu final, deve ser deferida.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 17 de outubro de 2016.


RODOLFO MACHADO MOURA
OAB/DF nº 14.360

LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA
OAB/DF nº 46.149



CLIPPING DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

03.10.2016



SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 747, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Leiº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga .

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário.

§ 2º As entidades, com o serviço em funcionamento em caráter precário, mantêm as mesmas condições dele decorrentes.

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação.

§ 4º Na hipótese de não serem observadas as exigências legais e regulamentares afetas à renovação, o órgão competente do Poder Executivo se manifestará pela perempção e a submeterá ao Congresso Nacional, na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição." (NR)

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação desta Medida Provisória serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 3º As entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação poderão fazê-lo no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, desde que não tenha havido manifestação do Congresso Nacional, na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

§ 1º A anuência para a transferência direta de concessão ou permissão, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

§ 2º Autorizada a transferência indireta, a outorgada terá prazo de noventa dias para efetivar a alteração societária e encaminhar os documentos comprobatórios ao órgão competente do Poder Executivo, que fará a devida adequação da instrução do processo de renovação de outorga e notificará o Congresso Nacional.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER

Gilberto Kassab

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação Geral de Pós-Outorga

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.071588/2013-75		
Entidade: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA		
Localidade: ITAPIRAPUÃ	UF: GO	Serviço: FM
Período(s):		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Pg(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			2
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			3
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			4
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		X		
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			5-7
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;		X		1601612
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			9/11
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			10
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			11

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			12
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			13
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		X		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		X		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		X		
16- Laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		

DOCUMENTOS	NOME (S)	NÃO SE APLICA	Pg(S).
17. declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa)	ALESSANDRA		
	CARLOS		
	HUNDALTO		
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	ALESSANDRA		
	CARLOS		
	HUNDALTO		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada não atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Cláudia Franco Cargo: Técnico de nível superior III

NOTA TÉCNICA Nº 10977/2017/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.071588/2013-75

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga Intempestiva. Publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017. Possibilidade de conhecimento do pedido de renovação da outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, referente à Renovação de Outorga para o período de 9.1.2014 a 9.1.2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de renovação mencionado no item anterior fora convertido em revisão de outorga, em razão de sua apresentação ter se dado de forma intempestiva pela Interessada, já que as empresas que desejarem a renovação dos prazos de concessão ou permissão devem dirigir requerimento a esta Pasta, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término dos respectivos prazos. Considerando que o requerimento exordial foi apresentado em 6.12.2013, e que o prazo transcorreu entre 9.17.2013 a 9.10.2013, restou constatada a extemporaneidade do pedido de renovação.

3. Em face de tal verificação, fora elaborada a Nota Técnica nº 8.925/2014/SEI-MC (evento SEI-MC nº 0108446), encaminhada à Entidade, por intermédio do Ofício nº 9370/2014/SEI-MC (evento SEI-MC nº 0108465), para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa. Observa-se do autos que a Permissionária foi regularmente notificada, na data de 02.10.2014 (evento SEI-MC nº 0708488) das providências administrativas adotadas por esta Secretaria. Em resposta, a Entidade apresentou requerimento protocolado sob o nº 53900.026081/2014-02, acompanhado de documentos, sustentando, em síntese, o seguinte:

"De todo modo, independentemente das diversas alterações na forma de contagem do prazo das concessões ou permissões desde a edição do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o certo é que nenhum diploma legal (aqui considerado em sua acepção estrita) permite seja não renovada a outorga em decorrência de mera apresentação do pedido fora do prazo estipulado que, conforme restará demonstrado, é também controverso.

Assim, com a devida vênia, o protocolo do pedido de renovação realizado aquém ou além do prazo estipulado, por si só, não tem o condão de levar a perempção ou expiração da outorga, como restará demonstrado.

(...)

Pois, muito embora, por óbvio, o prazo para formulação do interesse em renovar a concessão ou permissão seja relevante, não o é ao ponto de impedir a renovação da outorga – como no caso presente - que deve e resta fulcrada em princípios e regramentos outros.

Afinal, a não apresentação do requerimento no período estipulado de 6 (seis) a 3 (três) meses antes ao término da concessão ou permissão (ou no prazo elencado no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão) não implica, ao contrário do que sustentado na Nota Técnica em comento, no funcionamento irregular da entidade ou na expiração da outorga.

(...)

Ainda mais quando, como na hipótese em tela, o pedido de renovação foi apresentado ainda antes do término do prazo da outorga, ou seja, se quer é possível afirmar que houve a expiração da concessão sem manifestação das Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda."

4. O mérito da defesa ofertada, chegou a ser apreciada pelo órgão técnico responsável, por meio da Nota Técnica nº 9.106/2015/SEI-MC (evento SEI-MC nº 0489325). A CONJUR, por meio da Cota nº 596/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (evento SEI-MC nº 0783372) solicitou maiores esclarecimentos, anteriormente ao seu pronunciamento, conforme se observa dos excertos abaixo:

"1. Antes do pronunciamento por esta Consultoria Jurídica e em razão dos pareceres nº 284/2014/SEI-MC, nº 442/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU e nº 887/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, é necessário que a SCE sobre os seguintes pontos: a. quando a entidade foi outorgada pela primeira vez; b. se a entidade possui algum outro pedido para períodos anteriores não analisados; e c. acaso tenha pedidos não analisados, se a entidade prontamente atende as exigências do Ministério. 2. Por fim, é imperioso que a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, se posicione sobre os argumentos trazidos pela entidade, já que se limitou apenas a reproduzir os fundamentos. 3. Encaminhe-se à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica."

5. Independentemente do posicionamento suso mencionado, recentemente foi publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., em 29 de março de 2017, a Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que alterada as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, prevendo que os pedidos de renovação postados ou protocolados, até a data de publicação da citada norma, serão conhecidos pelo Órgão competente do Poder Executivo, passando a ter condições de prosseguimento, senão vejamos:

[...]

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei.

Art. 3º As entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação poderão fazê-lo no prazo de noventa dias, contado da data de sanção desta Lei, desde que não tenha havido manifestação do Congresso Nacional na forma estabelecida no [§ 2º do art. 223 da Constituição Federal](#).

6. Com efeito, promoveu-se análise da documentação apresentada pela Permissionária, consoante se nota da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 1896338), restando concluído, que, para a correta instrução do feito, deverão ser acostados

os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
 - 6.2. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
 - 6.3. comprovante de regularidade com o FISTEL;
 - 6.4. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
 - 6.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
 - 6.6. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
 - 6.7. laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (OBS: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>); .
 - 6.8. declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);
- OBS:** A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

- 6.9. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

OBS: Para efeito dos documentos pertinentes os sócios e diretores, estes serão exigidos daqueles já aprovados/conhecidos por esta Pasta. Assim, caso esteja em trâmite na Secretaria de Radiodifusão - SERAD processo administrativo da Entidade, que trate de alteração contratual, prevendo a modificação societária e/ou diretiva da empresa, a documentação pessoal dos novos sócios/diretores só será exigida no processo de renovação, após a devida aprovação/homologação da alteração contratual.

7 . Por fim, submeta-se o feito à consideração do(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 525, de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2017, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará no prosseguimento do processo de revisão de outorga, com vistas à declaração de perempção da mesma.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 19/05/2017, às 17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 29/05/2017, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1896341** e o código CRC **8CD8A1F5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 22178/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.

Avenida São João, n. 40, Centro

76.290-000 Itapirapuã/GO

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.071588/2013-75.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10977/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 29/05/2017, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1896355** e o código CRC **51844533**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22178/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.071588/2013-75 - Nº SEI: 1896355

Data de Envio:

30/05/2017 07:16:24

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

dalto.guida@gmail.com
carla_fred19@hotmail.com
alessandra.guida@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.071588/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1896355.html

Data de Envio:

30/05/2017 07:17:46

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

dalto.guida@gmail.com
carla_fred19@hotmail.com
alessandra.guida@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.071588/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

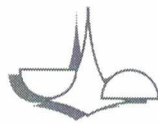
Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1896355.html
Nota_Tecnica_1896341.html



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA,
D.D. COORDENADORA DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
DE RADIODIFUSÃO**

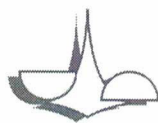
Ref.: Processo nº 53000.071588/2013-75 (Renovação de Outorga)
Ofício nº 22178/2017/SEI-MCTIC
Nº SEI: 1896355

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.,
pessoa jurídica devidamente qualificada nos autos do processo em
epígrafe, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência
Modulada na cidade de Itapirapuã, estado de Goiás, vem, com os respeito
e acatamento devidos, à ilustre presença de Vossa Senhoria, por
intermédio de seus advogados subscritos *in fine*, requerer a juntada do
documento em anexo, em atenção ao Ofício nº 22178/2017/SEI-MCTIC,
atendendo as exigências formuladas na Nota Técnica nº
10977/2017/SEI-MCTIC e com o propósito de instruir o pedido de
Renovação de Outorga nº 53000.071588/2017-75, incluindo:

Relativos à entidade:

- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

SHIS QI 5 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília - DF
Telefone: (61) 3703.5558 / 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



- Comprovantes de recolhimento dos últimos cinco anos, referentes à contribuição sindical, relativa ao empregador;
- Comprovante de regularidade com o FISTEL;
- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- Certidão da junta comercial, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
- Laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão; e
- Declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa).

Relativos aos sócios e dirigentes:

- Provas de cumprimento das obrigações eleitorais, expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.


Diante do exposto, atendidas as exigências formuladas e cumpridas as formalidades de praxe, é a presente para solicitar que seja dado normal e célere prosseguimento ao pleito, com o deferimento da renovação, por novo período, da permissão que foi outorgada anteriormente para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Itapirapuã, estado de Goiás.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 29 de junho de 2017.


RODOLFO MACHADO MOURA
OAB/DF nº 14.360


LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA
OAB/DF nº 46.149

SHIS QI 5 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone: (61) 3703.5558 / 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br

DECLARAÇÃO

HUNDALTO GUIDA, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliada na SHIS, QI 29, Conj. 11, casa 14, Lago Sul, Brasília-DF; RG 3955; CPF 056.676.581-00, representante legal da sociedade empresária denominada ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 03.903.885/0001-27, que explora o serviço de radiodifusão de som no Município de Itapirapuã, Estado de Goiás, declara junto ao Ministério das Comunicações, que a entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de comunicação.

Por ser verdade firmo e assino perante a lei.

Brasília, 29 de junho de 2017


HUNDALTO GUIDA
Representante Legal



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DE GO			Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
Endereço AV. T-4			Número 1478	Complemento ESQ. T-13 SAL. 71B
CNPJ da Entidade 00.115.436/0001-26				
Bairro/Distrito SETOR BUENO	CEP 74230-030	Cidade/Município GOIÂNIA	UF GO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA-ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885/0001-27	
Endereço AV. SÃO JOÃO			Número 40	Complemento
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria			Dados da Contribuição	
<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			(-) Valor do Documento 160,00	
Capital Social - Empresa			Nº Empregados Contribuintes	
Capital Social - Estabelecimento			(-) Desconto/Abatimento	
Total Remuneração - Contribuintes			(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento			(+/-) Mora/Multa 267,20	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE			(+/-) Outros/Acréscimos	
v. 2.9.0			(-) Valor Cobrado 427,20	

104-0 10499.71409 19617.703905 38850.001017 9 55950000000000

Código do Cedente S-14019	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
------------------------------	------------------------------	--------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CEF00050307170030241000050

427,20RD1901



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DE GO			Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
Endereço AV. T-4			Número 1478	Complemento ESQ. T-13 SAL 71B
CNPJ da Entidade 00.115.436/0001-26				
Bairro/Distrito SETOR BUENO	CEP 74230-030	Cidade/Município GOIÂNIA	UF GO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA-ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885/0001-27	
Endereço AV, SÃO JOÃO			Número 40	Complemento
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria			Dados da Contribuição	
<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			(-) Valor do Documento 200,00	
Capital Social - Empresa			Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento
Capital Social - Estabelecimento			Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE			Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora/Multa 262,00
			(+) Outros/Acréscimos	
			(=) Valor Cobrado 462,00	

v. 2.9.0

104-0 10499.71409 19617.703905 38850.001017 2 5960000000000000

Código do Cedente S-14019	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento	Data Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
------------------------------	------------------------------	--------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CEF00050307170040241000051

462,00RD1901



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DE GO

Vencimento
31/01/2015Exercício
2015Código da Entidade Sindical
S-14019Endereço
AV. T-4Número
1478Complemento
ESQ. T-13 SAL 71BCNPJ da Entidade
00.115.436/0001-26Bairro/Distrito
SETOR BUENOCEP
74230-030Cidade/Município
GOIÂNIAUF
GO

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA-ME

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.903.885/0001-27Endereço
AV. SÃO JOÃONúmero
40

Complemento

CEP
76290-000Bairro/Distrito
CENTROCidade/Município
ITAPIRAPUAUF
GOCódigo Atividade
801

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☒

Patronal/Empregador

☐

Empregados

☐

Prof. Liberal

☐

Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Dados da Contribuição
(=) Valor do Documento

214,00

(-) Desconto/Abatimento

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

(-) Outras Deduções

Total Empregados - Estabelecimento

(+/-) Mora/Multa

203,30

(+/-) Outros/Acréscimos

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(-) Valor Cobrado

417,30

v. 2,9.0

104-0

10499.71409 19617.703905 38850.001017 2 63250000000000

Código do Cedente
S-14019Nosso Número
039038850001

Valor do Documento

Data Vencimento
31/01/2015Exercício
2015

Autenticação Mecânica

CEF00050307170050241000053

417,30RD1901



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DE GO			Vencimento 31/01/2016	Exercício 2016
Endereço AV. T-4			Código da Entidade Sindical S-14019	
Bairro/Distrito SETOR BUENO	Número 1478	Complemento ESQ. T-13 SAL 71B	CNPJ da Entidade 00.115.436/0001-26	
CEP 74230-030	Cidade/Município GOIÂNIA	UF GO		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA-ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885/0001-27
Endereço AV. SÃO JOÃO			
Número 40	Complemento		
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO
			Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input type="checkbox"/> Empregados	(=) Valor do Documento	228,98
<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/> Autônomos	(-) Desconto/Abatimento	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(+) Mora/Multa	135,10
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Outros/Acréscimos	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(=) Valor Cobrado	364,08
		v. 2.9.0	

104-0 10499.71409 19617.703905 38850.001017 8 6690000000000000

Código do Cedente S-14019	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento	Data Vencimento 31/01/2016	Exercício 2016
------------------------------	------------------------------	--------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CEF00050307170060241000054 364,08RD1901



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DE GO			Vencimento 31/01/2017	Exercício 2017
Código da Entidade Sindical S-14019				
Endereço AV. T-4	Número 1478	Complemento ESQ. T-13 SAL 71B	CNPJ da Entidade 00.115.436/0001-26	
Bairro/Distrito SETOR BUENO	CEP 74230-030	Cidade/Município GOIÂNIA	UF GO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA-ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.903.885/0001-27	
Endereço AV. SÃO JOÃO	Número 40	Complemento		
CEP 76290-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ITAPIRAPUA	UF GO	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento 240,00	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto/Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora/Multa 54,20	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros/Acréscimos	
v. 2.9.0		(-) Valor Cobrado 295,20	

104-0 | 10499.71409 19617.703905 38850.001017 3 70560000000000

Código do Cedente S-14019	Nosso Número 039038850001	Valor do Documento	Data Vencimento 31/01/2017	Exercício 2017
------------------------------	------------------------------	--------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CEF00050307170070241000055

294,20RD1901



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 03.903.885/0001-27

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:56:41 do dia 03/07/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/08/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.903.885/0001-27

Certidão nº: 131824409/2017

Expedição: 27/06/2017, às 21:48:17

Validade: 23/12/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.903.885/0001-27**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

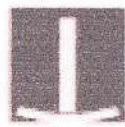
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : 109472214563

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que **NADA CONSTA contra:**

Requerente : ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME
CNPJ : 03903885000127

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109472214563

Certidão expedida em 27 de junho de 2017, às 21:55:55
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 27 de junho de 2017



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 27/06/2017 - 21:55:55
Validação pelo código: 109472214563, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52.20243184-6	03.903.885/0001-27	31/08/2007	20/06/2007

ENDEREÇO AV. SÃO JOÃO

NÚMERO 40 COMPLEMENTO BAIRRO CENTRO

MUNICÍPIO ITAPIRAPUÁ ESTADO GO

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO, SONORA (AM, FM, OM, OT e OC) DE SONS E IMAGENS TV E DE TELEVISÃO POR ASSINATURA (TVA), SEUS SERVIÇOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO: SERVIÇOS ESPECIAIS DE MÚSICA FUNCIONAL, REPETIÇÃO OU RETRANSMISSÃO DE SONS OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RÁDIOFUSÃO, REPRESENTAÇÕES PUBLICITÁRIAS, PUBLICIDADE, APOIO EM MARKETING E PRODUÇÃO DE ÁUDIO VÍDEO, EDIÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS, PRODUÇÃO DE PLANFETOS, ANUÁRIOS E DOCUMENTÁRIOS, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, CULTURAIS E INFORMÁTICA, CÍVICAS E PATRIÓTICAS, BEM COMO, EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO, NESTE OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITÓRIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA EM VIGOR.

CAPITAL R\$ 20.000,00

VINTE MIL REAIS

CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 20.000,00

VINTE MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

Microempresa

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

SÓCIOS / PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL / VÍNCULO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME / CPF ou CNPJ	PARTICIPAÇÃO (R\$)	VÍNCULO	ADMINISTRADOR	TÉRMINO DO MANDATO
ALESSANDRA ROSA GUIDA 811.664.861-68	10.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXXX
CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS 119.426.901-00	6.600,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXXX
HUNDALTO GUIDA 056.676.581-00	3.400,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME	CPF	TÉRMINO DO MANDATO
HUNDALTO GUIDA	056.676.581-00	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA 06/01/2016	NÚMERO 52151944245
ATO OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	SITUAÇÃO REGISTRO ATIVO
EVENTO(S) OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	STATUS XXXXXXXXXXXXXX

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta
Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME
NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ
52 20243184-6	03.903.885/0001-27

Signature Not Verified

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI 90076564104
Date: 2017.06.28 15:43:04 BRT
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: Goiânia - GO

Protocolo: 179948302

Chave de segurança: sLNju

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço: <http://servicos.juceg.go.gov.br/>

Paula Nunes Lobo
Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida para
MAURO PEREIRA ANGELIN, 49255398172
Goiânia, 28 de Junho de 2017

Laudo de Vistoria Técnica

Renovação de Outorga

Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

1- Identificação

1.1- Nome/Razão Social: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda

1.2- Indicativo de chamada:

1-2- Horário de funcionamento: 00-24

2- Localização da estação transmissora

2.1- Endereço: Morro da TV – Zona Rural

Cidade: Itapirapuã

UF:

CEP: 76.290-000

Telefone: 61 - 993526607

2.2- Coordenadas Geográficas

Latitude 15° 48' 03" S

Longitude: 50° 38' 21,96" W

2.3 - Transmissor Principal

2.3.1- Fabricante: Aud Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

2.3.2 – Modelo: SP5100

2.3.3- Homologação/Certificação: 0681030528

2.3.4- Potência de operação(kW): Potência medida(kW):

0,076

2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 203 Frequência 88,5
medida(MHz):

2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz):

88.500.090

2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:

(x) Sim () Não

2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:

(x) Operante () Com defeito () Inoperante

2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:

(x) Operante () Com defeito () Inoperante

2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:

(x) Operante () Com defeito () Inoperante

2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:

(x) Sim () Não

2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:

() Sim () Não

2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:

(x) Sim () Não

2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:

(x) Sim () Não

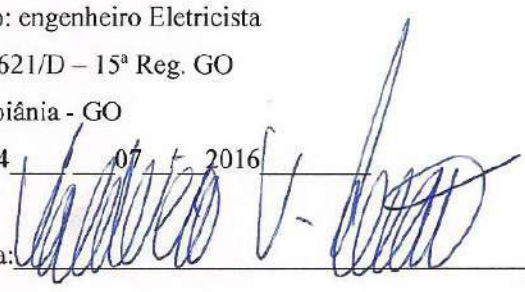
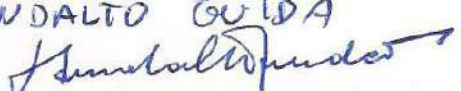

FYT-RC-FM

2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(x) Sim	() Não
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(x) Sim	() Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(x) Sim	(*) Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(x) Sim	() Não
2.4- Transmissor Auxiliar		
2.4.1- Fabricante:		
2.4.2 – Modelo:		
2.4.3- Homologação/Certificação:		
2.4.4- Potência de operação(kW): Potência medida(kW):		
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: Frequência medida(MHz):		
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz):		
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	() Sim	() Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante	
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	() Operante () Com defeito () Inoperante	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	() Operante () Com defeito () Inoperante	
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	() Sim	() Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	() Sim	() Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	() Sim	() Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	() Sim	() Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	() Sim	() Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	() Sim	() Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim	() Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	() Sim	() Não
2.5- Sistema Irradiante Principal		
2.5.1- Antena		
2.5.1.1- Fabricante: Anhanguera Antenas Ltda		


FVT-RD-FM

2.5.1.2- Modelo: 2XAA-FM100DP	
2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 2	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	44,5
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	120
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: KMP - Pirelli	
2.5.2.2- Modelo: LCF 7/8	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(x) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante:	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	() Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	() Sim () Não
3.2- Limitador de modulação:	(x) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(x) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim () Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	81
3º Harmônico	83
Espúrios	84
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	
3º Harmônico	


FYT-RO-FM

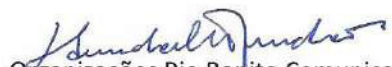
Espúrios	
4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (x) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(x) Sim () Não
6. Estudos	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: Avenida São João nº 40 – Centro - Itapirapuã - GO	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço:	
7. Informações Adicionais	
<p>8- Instrumentos Utilizados na Vistoria: Frequencímetro Hewlett parker – Gerado de áudio MTA Medidor de distorção- Larker – Gerador de áudio - Leader – analisador de espectro- Nelson-Ross Watímetro – Bird – Medidor de Campo- Potomac Instruments</p>	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
<p>Nome. Valdécio Vieira leão Formação: engenheiro Eletricista CREA: 1621/D – 15ª Reg. GO Local: Goiânia - GO Data; 24 / 07 / 2016 Assinatura: </p> <p>Representante legal da Entidade Nome: HUNDALTO GULDA Assinatura: </p>	

DECLARAÇÃO

Declaro pra os devidos fins que são verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação nos termos do subitem 9.39, alínea "a", da Resolução Anatel nº 67 de 12/11/98.

Por ser verdade firmo presente .

Goiânia, 24/06/2017


Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda
HUMBERTO GUIDA
CPF: 056.676.581-00


Eng. Valdecio Veira Leão



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-GO

ART Obra ou serviço
1020170109999

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás

1. Responsável Técnico				
VALDECIO VIEIRA LEAO	RNP: 1001471938			
Título profissional: Engenheiro Eletricista - Eletronica	Registro: 1621/D-GO			
2. Dados do Contrato				
Contratante: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda	CPF/CNPJ: 03.903.885/0001-27			
Avenida São João, Nº 40	CEP: 76290-000			
Quadra: s/n Lote: s/n	Bairro: Centro			
E-Mail:	Cidade: Itapirapuã -GO			
Contrato: 0	Fone: (61)993526607			
Celebrado em: 21/06/2017	Valor Obra/Serviço R\$: 2.000,00			
Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável	Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado			
3. Dados da Obra/Serviço				
Trecho Morro da TV, Nº s/n	Bairro: Zona Rural			
CEP: 76290-000				
Quadra: s/n Lote: s/n	Cidade: Itapirapuã -GO			
Data de Inicio: 21/06/2017	Previsão término: 26/06/2017			
Finalidade: Comercial				
Proprietário: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda	CPF/CNPJ: 03.903.885/0001-27			
E-Mail:	Fone: (61) 993526607			
4. Atividade Técnica				
ATUACAO	Quantidade Unidade			
ENSAIO RADIODIFUSAO	300,00 WATTS			
VISTORIA RADIODIFUSAO	300,00 WATTS			
<i>O registro da A.R.T. não obriga ao CREA-GO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta ART são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-GO.</i>				
<i>Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART</i>				
5. Observações				
Laudo de vistoria e Ensaio do sistema irradiante de uma emissora de FM em Itapuranga - GO				
6. Declarações				
Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.				
7. Entidade de Classe	9. Informações			
NENHUMA	- A ART é válida somente após a conferência e o CREA-GO receber a informação do PAGAMENTO PELO BANCO.			
8. Assinaturas	- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creago.org.br .			
Declaro serem verdadeiras as informações acima	- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.			
Local: _____ Data: _____	- Não é mais necessário enviar o documento original para o CREA-GO. O CREA-GO não mais afixará carimbo na nova ART.			
				
VALDECIO VIEIRA LEAO - CPF: 160.982.181-53				
				
Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda - CPF/CNPJ: 03.903.885/0001-27				
www.creago.org.br atendimento@creago.org.br				
Tel: (62) 3221-6200 Fax: (62) 3221-6277				
				
Registrada em	Valor Pago	Boleto	Situação	Não Possui CAT
21/06/2017	R\$ 81,53	0117109141	Registrada/OK	

BANCO DO BRASIL 001-9 | 00190.00009 02832.069013 17109.141170 7 72120000008153

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ: CREA-GO, Cons. Reg. Engenharia e Agronomia de Goiás
Agência/Cód.Beneficiário: 0086-8/158000-0
Espécie: R\$
Quantidade: 28320690117109141
Nosso número: 28320690117109141
Itens do boleto
- Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 1020170109999 => 81,53

Nome do Pagador: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda /
VALDECIO VIEIRA LEAO - 1621/D-GO
CPF/CNPJ: 160.982.181-53
Obs: O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. - Emitido por: Jussara/
Autenticação mec.-Recibo p/ juntada processo

BANCO DO BRASIL 001-9 | 00190.00009 02832.069013 17109.141170 7 72120000008153

Local de pagamento: Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br
Data de Vencimento: 06/07/2017
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ: CREA-GO, Cons. Reg. Engenharia e Agronomia de Goiás - CNPJ: 01.619.022/0001-05
Agência/Código do beneficiário: 0086-8/158000-0
Endereço: Rua 239, n. 585 - Setor Leste Universitário - Goiânia-Goiás - CEP: 74605-070
Data documento: 21/06/2017
Nº documento: 28320690117109141
Espécie doc.: DM
Aceite: N
Data processamento: 28320690117109141
Nosso-Número: 28320690117109141
Uso do banco: Carteira
Espécie: R\$
Quantidade: 17-043
x Valor: (=) Valor do documento 81,53
Informações de Responsabilidade do Beneficiário: (-) Desconto / Abatimento
- Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 1020170109999 => 81,53
O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.
(+) Juros/Multa
* Não receber após o vencimento. * Após o vencimento procure o CREA-GO
(=) Valor cobrado
- Emitido por: Jussara/

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda / VALDECIO VIEIRA LEAO - 1621/D-GO - CPF/CNPJ: 160.982.181-53
AV C 255 N.270 SALA 120 SETOR NOVA SUICA - GOIANIA-GO - CEP: 74280-010
Sacador/Avalista: Autenticação mec.-Ficha Compensação



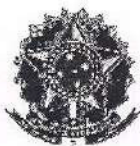
CAIXA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AUTO-ATENDIMENTO - APINALES
DATA: 21/06/2017 HORA: 14:29:05
TERMINAL: 18421026 CONTROLE: 184210260114
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE BOLETO
CONTA DEBITADA: 1842 013 00529830-2
NOME: VALDECIO VIEIRA LEAO
NOME DO BANCO:
BANCO DO BRASIL S/A
DATA DO VENCIMENTO: 06/07/2017
DATA DO PAGAMENTO: 21/06/2017
VALOR DO DOCUMENTO: 81,53
VALOR JUROS: 0,00
VALOR IOF: 0,00
VALOR MULTA: 0,00
VALOR DESCONTO: 0,00
VALOR ABATIMENTO: 0,00
VALOR DO PAGAMENTO: 81,53
NSU AUTORIZAÇÃO: 000087232
Representação Numérica do Código de Barras
0019000009 02832069013 17109141170 7
72120000008153
Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA: 0800-726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800-726 7474
www.caixa.gov.br

9.4.9.3 – Declaração do Interessado

Na qualidade de representante legal da **Organização Rio Bonito Comunicações Ltda** Declaro que o Eng. Valdécio Vieira Leão esteve no endereço abaixo no dia 24/06/2017, ensaiando o transmissor - MTA - Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda - Modelo: SP5100 Certificado de Homologação: 0681030528.

Morro da TV – Z. Rural Munic. de Itapirapuã - GO
24/06/2017


Organização Rio Bonito Comunicações Ltda
VALDECIO VIEIRA LEAO
CPF-056676891-00



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-GO

ART Obra ou serviço
1020170109999

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás

1. Responsável Técnico

VALDECIO VIEIRA LEAO

RNP: 1001471938

Título profissional: Engenheiro Eletricista - Eletronica

Registro: 1621/D-GO

2. Dados do Contrato

Contratante: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda
Avenida São João, Nº 40

CPF/CNPJ: 03.903.885/0001-27

Quadra: s/n Lote: s/n

Complemento:

Bairro: Centro

CEP: 76290-000

E-Mail:

Cidade: Itapirapuã -GO

Fone: (61)993526607

Contrato: 0

Celebrado em: 21/06/2017

Valor Obra/Serviço R\$: 2.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

Trecho Morro da TV, Nº s/n

Bairro: Zona Rural

CEP: 76290-000

Quadra: s/n Lote: s/n

Complemento:

Cidade: Itapirapuã -GO

Data de Início: 21/06/2017

Previsão término: 26/06/2017

Finalidade: Comercial

Proprietário: Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda

CPF/CNPJ: 03.903.885/0001-27

E-Mail:

Fone: (61) 993526607

4. Atividade Técnica

ATUACAO

ENSAIO RADIODIFUSAO

Quantidade Unidade

300,00

WATTS

VISTORIA RADIODIFUSAO

300,00

WATTS

O registro da A.R.T. não obriga ao CREA-GO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta ART são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-GO.

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria e Ensaio do sistema irradiante de uma emissora de FM em Itapuranga - GO

6. Declarações

Acessibilidade: Não. Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local: _____ de _____ de 2017

Assinatura: _____
VALDECIO VIEIRA LEAO - CPF: 160.982.181-53

Assinatura: _____
Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda - CPF/CNPJ:
03.903.885/0001-27

9. Informações

- A ART é válida somente após a conferência e o CREA-GO receber a informação do PAGAMENTO PELO BANCO.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creago.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- Não é mais necessário enviar o documento original para o CREA-GO. O CREA-GO não mais afixará carimbo na nova ART.

www.creago.org.br atendimento@creago.org.br
Tel: (62) 3221-6200 Fax: (62) 3221-6277



Registrada em
21/06/2017

Valor Pago
R\$ 81,53

Boleto
0117109141

Situação
Registrada/OK

Não Possui CAT

BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 02832.069013 17109.141170 7 72120000008153

Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF Agência/Cód.Beneficiário Espécie Quantidade Nosso número
CREA-GO, Cons. Reg. Engenharia e Agronomia de Goiás 0086-8/158000-0 R\$ 28320690117109141
Itens do boleto
- Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 1020170109999 => 81,53

Nome do Pagador
Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda /
VALDECIO VIEIRA LEAO - 1621/D-GO
CPF/CNPJ: 160.982.181-53
Obs: O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. - Emitido por: Jussara/

Autenticação mec.-Recibo p/ juntada processo

BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 02832.069013 17109.141170 7 72120000008153

Local de pagamento Data de Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br 06/07/2017
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF Agência/Código do beneficiário
CREA-GO, Cons. Reg. Engenharia e Agronomia de Goiás - CNPJ: 01.619.022/0001-05 0086-8/158000-0
Endereço: Rua 239, n. 585 - Setor Leste Universitário - Goiânia-Goiás - CEP: 74605-070
Data documento Nº documento Espécie doc. Aceite Data processamento Nosso-Número
21/06/2017 28320690117109141 DM N 28320690117109141
Uso do banco Carteira Espécie Quantidade x Valor (=) Valor do documento
17-043 R\$ 81,53
Informações de Responsabilidade do Beneficiário (-) Desconto / Abatimento
- Anotação Resp. Técnica - Res.1025/09 - 1020170109999 => 81,53
O início da atividade técnica sem a quitação do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. (+) Juros/Multa
* Não receber após o vencimento. * Após o vencimento procure o CREA-GO (=) Valor cobrado
- Emitido por: Jussara/

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda / VALDECIO VIEIRA LEAO - 1621/D-GO - CPF/CNPJ: 160.982.181-53
AV C 255 N.270 SALA 120 SETOR NOVA SUICA - GOIANIA-GO - CEP: 74280-010

Sacador/Avalista

Autenticação mec.-Ficha Compensação



CAIXA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

AUTO-ATENDIMENTO - APINALES
DATA: 21/06/2017 HORA: 14:29:05
TERMINAL: 18421026 CONTROLE: 184210260114

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE BOLETO

CONTA DEBITADA: 1842 013.00529830-2
NOME: VALDECIO VIEIRA LEAO

NOME DO BANCO:
BANCO DO BRASIL S/A

DATA DO VENCIMENTO : 06/07/2017
DATA DO PAGAMENTO : 21/06/2017
VALOR DO DOCUMENTO : 81,53
VALOR JUROS : 0,00
VALOR IOF : 0,00
VALOR MULTA : 0,00
VALOR DESCONTO : 0,00
VALOR ABATIMENTO : 0,00
VALOR DO PAGAMENTO : 81,53

NSU AUTORIZAÇÃO: 000087232

Representação Numérica do Código de Barras
0019000009 02832069013 17109141170 7
72120000008153

Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA: 0800-726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474
www.caixa.gov.br

9.4 – LAUDO DE ENSAIO

9.4.1 – INTERESSADO

a) - Nome:

Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda
C.N.P.J: 03.903.885/0001-27

b) - Endereço Completo

- Estúdio Principal:
Avenida São João nº 40 – Centro
CEP: 76.290.000 – Itapirapuã - GO.

c) - Nome da Emissora (a que se destina o transmissor)

Organizações Rio Bonito Comunicações
Endereço para correspondência:
Avenida São João nº 40 – Centro
CEP: 76.290.000 – Itapirapuã – GO

9.4.2 - ENSAIO

a) - Motivo:

Licenciamento renovação de outorga

b) - Endereço Completo do Transmissor:
Morro da Tv – Zona Rural – Itapirapuã - GO

CEP: 76.290.000 – Itapirapuã - GO.

c) - Data:

24/06/2017

9.4.3-FABRICANTE

a) - Nome – **Transmissor**

Aud Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

b) - Modelo:



SP5100

c) - Certificado de Homologação:

0681030528

d) - Potência

0,076 kW

e) - Frequência :

88,5 MHz

9.4.4-FUNÇÃO DO TRANSMISSOR

9.4.5-MEDIÇÕES

TRANSMISSOR PRINCIPAL

9.4.5.1-Frequência:

a) – Nominal

88,5 MHz

b) - Medida em ambiente normal

88.500.010

Hz

c) – Variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+ 10° C e + 50°C). Quando não houver disponibilidade de câmara térmica no local das instalações da emissora, a variação máxima de frequência poderá ser a observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente.

30 Hz

9.4.5.2 - Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.

a)- Transmissor Principal



FREQUENCIA	MODULAÇÃO (Canal direito)		
(Hz)	25%(Nível dBm)	50%(Nível dBm)	90%(Nível dBm)
050	- 0,35	- 0,2	- 0,21
100	- 0,24	- 2,51	- 0,24
400	- 0,1	0,0	0,0
1000	- 0,8	+ 0,45	+ 9,6
5000	+ 7,29	+ 7,35	+ 7,23
7500	+ 10,3	+ 19,2	+ 9,23
10000	-12,2	+ 9,34	+ 11,1
15000	-17,0	+ 14,2	+ 15,2

FREQUÊNCIA	MODULAÇÃO (Canal Esquerdo)		
(Hz)	25%(Nível dBm)	50%(Nível dBm)	90%(Nível dBm)
050	- 0,28	- 0,24	- 0,23
100	- 0,23	-0,23	- 0,23
400	0,0	0,0	0,0
1000	- 0,81	+ 0,7	+ 0,8
5000	+ 7,1	+ 6,2	+ 7,2
7500	+ 10,2	+ 9,4	+ 10,3
10000	+ 13,1	+ 12,3	+ 12,2
15000	+ 15,7	+ 15,8	+ 15,8

9.4.5.3- Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500. 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50, 90% de modulação, em cada canal individualmente.

Valdineio

FREQUENCIA

ÍNDICE DE MODULAÇÃO (canal direto)

(Hz)	25%		50%		90%	
(Hz)	Nível (dBm)	Distorção %	Nível (dBm)	Distorção %	Nível (dBm)	Distorção %
50	- 0,32	0,28	- 0,23	0,28	- 0,23	0,35
100	- 0,24	0,29	- 0,25	0,25	-0,25	0,32
400	0,0	0,26	0,0	0,18	0,0	0,27
1000	- 0,84	0,15	+ 0,45	0,14	+ 9,6	0,23
5000	- 7,35	0,2	+ 7,4	0,22	+ 7,3	0,26
7500	- 10,2	0,25	+ 19,2	0,24	+9,2	0,22
10000	- 12,3	0,23	+ 9,4	0,22	11,2	0,26
15000	- 17,2	0,24	+ 14,0	0,23	15,4	0,35

MODULAÇÃO (Canal esquerdo)

50	- 0,27	0,32	- 0,22	0,33	-0,23	0,24
100	- 0,22	0,32	- 0,20	0,35	-0,22	0,26
400	0,0	0,35	0,0	0,48	0,0	0,37
1000	- 0,82	0,37	+ 0,6	0,43	+ 0,7	0,35
5000	- 7,2	0,35	+ 6,21	0,35	+ 7,4	0,32
7500	- 10,2	0,32	+9,5	0,38	+10,2	0,33
10000	- 13,0	0,26	+ 12,3	0,42	+12,2	0,44
15000	- 15,8	0,34	+15,8	0,45	+15,8	0,46

9.4.5.4 - Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz:

64 dB (atenuação)

9.4.5.5 - Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.

55 dB (atenuação)

9.4.5.6-Atenuação de harmônicos e espúrios.

FO + 120 kHz a FO + 240 kHz = 32 dB

FO + 240 kHz a FO + 600 kHz = 47 dB

2 harmônico = 81 dB

Não apresentou espúrios acima de 600 kHz

9.4.5.7- Potência de saída

0,076 kW – Leitura do wattímetro do TX

9.4.6-INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

9.4.6.1 – Gerador de estéreo:

a)- Fabricante:

BE

b)- Modelo

9.4.6.2 - Medições

9.4.6.2.1- Frequência de subportadora piloto

a) - Medida:

19.000 Hz

b) - Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente

35 Hz

9.4.6.2.2- Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto

A modulação residual na portadora principal não ultrapassou a 1%.

9.4.6.2.3- Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz.

Melhor que 40 dB abaixo do nível correspondente a 90% de modulação.

9.4.6.2.4 - Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estéreo.

CANAL DIREITO

CANAL ESQUERDO

DIAFONIA

Freq.(Hz)	Mod.(%)	Separação Canal esq. (dB)	Separação Canal Dir (dB)	Esq/Dir sobre esq-dir	Esq/Dir sobre esq+dir
50	90	46	45	56	46
100	90	45	46	59	46
400	90	47	46	56	46
1000	90	46	46	57	47
2500	90	45	45	57	45
5000	90	43	42	55	43
7500	90	43	41	56	46
10000	90	42	43	54	47
12500	90	44	43	61	45
15000	90	44	44	62	43

9.4.8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

9.4.8.1- Placa de Identificação:

a) - Nome: Aud Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

b) - Modelo

SP5100

b) - Código de Homologação:

0681030528

d) - Frequência:

88,5 MHz

9.4.8.3 - Existência de tomadas de amostras de RF para:

Valdineia

a) - Modulação
Sim

b) - Frequência
Sim

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

a) - de descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão
Resistores de descarga da fonte

Sim

b) - gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligados e conectados à terra

Sim

c) - de interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas for aberta;

Sim

d) - possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas e tampas fechadas.

Sim

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

a) - descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão

Tem fusível e relés de sobrecarga que desarma quando a corrente ultrapassa o valor calibrado de acordo com a potência transmitida.

b) - proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.

Sim

9.4.9-EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

- a)- Frequencímetro
Fabricante: Hewlett Parkard
Modelo: 5300B
Precisão: 1,2 partes em milhão em um ano
- b)- Gerador de Estéreo
Fabricante: MTA
Modelo: CD5000
Precisão: 0,05%
- c)- Medidor de Distorção LARKER Willinson
Medidor: 330 – D
Série: 246-09304
Precisão: 3%
- d)- Gerador de Áudio
Fabricante: Leader
Modelo: LAG- 125
Precisão: 0,05 %
- e)- Monitor de FM
Fabricante: TFT
Modelo: 763
- f)- Monitor de Estéreo
Fabricante: TFT
Modelo: 724
- g)- Analisador de espectro
Fabricante: Nelson – Ross
Modelo: MF – 9
Precisão: 5%
- h)- Watímetro
Fabricante: Bird
Modelo: 43
Precisão: 0,5%
- i)- Medidor de Campo
Fabricante: Potomac Instruments
Modelo: Type FIM-71
Precisão: 0,1 %



9.4.10- DECLARAÇÕES

9.4.10.1- Declaração do Profissional Habilitado

Em anexo

9.4.10.2 - Parecer Conclusivo

Em anexo

9.4.10.3 - Declaração do Interessado

Em anexo

9.4.10.4-Os demais equipamentos conterão em seus laudos de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos, bem como parecer conclusivo.

Sim

9.4.10.5 - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Segue em anexo


10-DISPOSIÇÕES GERAIS

As emissoras licenciadas com sistema irradiante diretivo deverão, quando da renovação da outorga, apresentar relatório referente a levantamento de intensidade de campo, comprovando o atendimento ao diagrama de irradiação. O mesmo procedimento deverá ser adotado pelas emissoras já autorizadas a utilizar sistemas irradiantes diretivos, por ocasião do pedido de licenciamento.

Não é o caso.



9.4.10.1 – DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

“ Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio pôr mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta com folhas, todas rubricadas  de que faço uso”.

24/06/2017



Eng. Valdecio Vieira Leão
CREA 1621/D – 15ª Região – GO

9.410.2 – PARECER CONCLUSIVO

“ Para os fins previstos na Norma Técnica para Emissora de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – N-07/80, DECLARO que o transmissor, de frequência modulada, a que se refere este laudo de vistoria, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes a eles aplicáveis.”

Goiânia, 24/06/2017



Eng. Valdecio Vieira Leão
CREA 1621/D – 15ª Região – GO.

DECLARAÇÃO

HUNDALTO GUIDA, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliada na SHIS, QI 29, Conj. 11, casa 14, Lago Sul, Brasília-DF; RG 3955; CPF 056.676.581-00, representante legal da sociedade empresária denominada **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA**, CNPJ 03.903.885/0001-27, que explora o serviço de radiodifusão de som no Município de Itapirapuã, Estado de Goiás, declara junto ao Ministério das Comunicações, que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa).

Por ser verdade firmo e assino perante a lei.

Brasília, 29 de junho de 2017


HUNDALTO GUIDA

Representante Legal



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **HUNDALTO GUIDA**

Inscrição: **036021591082**

Zona: 12

Seção: 37

Município: 93777 - GOIÁS

UF: GO

Data de Nascimento: 10/01/1952

Domiciliado desde: 16/11/1995

Filiação: MARIA DA CONCEICAO GUIDA
MANOEL GUIDA

Certidão emitida às 01:13 de 30/06/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

H7EO.LE+X.MIUK.S9CN



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ALESSANDRA ROSA GUIDA**

Inscrição: **010359742054**

Zona: 14

Seção: 75

Município: 97012 - BRASÍLIA

UF: DF

Data de Nascimento: 09/10/1975

Domiciliada desde: 06/05/2008

Filiação: MARLEIDE ROSA GUIDA

HUNDALTO GUIDA

Certidão emitida às 08:47 de 30/06/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RACK.7RU/**
/TXG.UANT



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS**

Inscrição: **012107881031** Zona: 55 Seção: 15

Município: 95559 - PORANGATU UF: GO

Data de Nascimento: 29/07/1956 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: EDELTON GOMIDES REIS

JOAO GONCALVES DOS REIS

Certidão emitida às 10:38 de 30/06/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da incoerência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **QVOW.AR3G.SLG/.RNTN**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.903.885/0001-27 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/06/2000
NOME EMPRESARIAL ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO RIO VERMELHO FM			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV SAO JOAO	NÚMERO 40	COMPLEMENTO	
CEP 76.290-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAPIRAPUA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 9637-5401	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/11/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **20/04/2018** às **10:19:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

CNPJ: 03.903.885/0001-27

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:17:13 do dia 20/04/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/05/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.903.885/0001-27

ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALESSANDRA ROSA GUIDA	811.664.861-68	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã
CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	119.426.901-00	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	6600	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã
HUNDALTO GUIDA	056.676.581-00	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Itapirapuã
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	3400	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 20/04/2018

Hora: 10:17:30



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 811.664.861-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALESSANDRA ROSA GUIDA	811.664.861-68	FUNDACAO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO	04.644.419/0001-37	Diretor (DIRETORA VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	GO	Goiânia
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 20/04/2018

Hora: 10:17:36



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 119.426.901-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	119.426.901-00	LOPES E ROSEMBERG LTDA - ME	03.902.539/0001-24	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Mara Rosa
		LOPES E ROSEMBERG LTDA - ME	03.902.539/0001-24	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Santo Antônio da Barra
		RADIO GALILEIA FM DE PORANGATU LTDA - ME	01.844.729/0001-07	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Porangatu
		LOPES E ROSEMBERG LTDA - ME	03.902.539/0001-24	Sócio	115000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Santo Antônio da Barra
		RADIO GALILEIA FM DE PORANGATU LTDA - ME	01.844.729/0001-07	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Porangatu
		LOPES E ROSEMBERG LTDA - ME	03.902.539/0001-24	Sócio	115000	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Mara Rosa
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	6600	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 20/04/2018

Hora: 10:17:42

BOM DIA
Claudia Franco Vieira AlmeidaSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 056.676.581-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
HUNDALTO GUIDA	056.676.581-00	ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	GO	Itapirapuã
		FUNDACAO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO	04.644.419/0001-37	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	GO	Goiânia
		ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	03.903.885/0001-27	Sócio	3400	0,00%	0,00%	FM	--	GO	Itapirapuã

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **20/04/2018**Hora: **10:17:47**

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03903885/0001-27
Razão Social: ORGANIZACOES RIO BONITO LTDA
Nome Fantasia: RADIO RIO VERMELHO FM
Endereço: AV SAO JOAO 40 / CENTRO / ITAPIRAPUA / GO / 76290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/04/2018 a 02/05/2018

Certificação Número: 2018040310440925896137

Informação obtida em 20/04/2018, às 10:33:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Data de Envio:

20/04/2018 10:43:37

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

informações

Mensagem:

Processo nº 53000.071588/2013-75

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rio Bonito Comunicações Ltda.(CNPJ Nº 03.903.885/0001-27), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.


Zimbra

marluce.oliveira@mctic.gov.br

Re: informações

De : cgfi@mctic.gov.br

Sex, 20 de abr de 2018 16:42

Assunto : Re: informações 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Ana Clara Silva Lopes
<anaclara.lopes@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Organizações Rio Bonito Ltda.(CNPJ Nº 03.903.885/0001-27, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã/GO, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

----- Mensagem original -----

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Sexta-feira, 20 de abril de 2018 10:43:37

Assunto: informações

Processo nº 53000.071588/2013-75

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rio Bonito Comunicações Ltda.(CNPJ Nº 03.903.885/0001-27), para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811



Relatório do Canal - ITAPIRAPUÃ.pdf

99 KB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.071588/2013-75		
Entidade: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA	CNPJ: 03.903.885/0001-27	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: ITAPIRAPUÃ	UF: GO
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	2
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	PENDENTE	
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	35 (2013216)
1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2904138

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	12 (2013216) SIMPLIFICADA
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	11 (2013216)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2904138
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	11
			12
			13
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2904138
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	9 2904253
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	10 (2013216)
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	14-19 (2013216)
Observações:			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	20/04/2018

NOTA TÉCNICA Nº 8815/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.071588/2013-75

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, referente à Renovação de Outorga para o período de 9.1.2014 a 9.1.2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 2904292):

4.1. declaração, firmada pelo representante legal da interessada (**Sr. Hundalto Guida**) - **vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração** -, de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos

quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

4.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

4.3. certidão **detalhada** ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 09/05/2018, às 16:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 09/05/2018, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2904296** e o código CRC **4B9AC2F2**.

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 15679/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 03.903.885/0001-27)

Avenida São João nº 40 - Centro

76.290-000 Itapirapuã/GO

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.071588/2013-75.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8815/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 09/05/2018, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2904314** e o código CRC **59539313**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.071588/2013-75

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 14-19 (Evento SEI nº 2013216), pela Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.(CNPJ Nº 03.903.885/0001-27), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO_REGIONAIS, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 09/05/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2904336** e o código CRC **DADE5BEF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.071588/2013-75

SEI nº 2904336

Data de Envio:

11/05/2018 09:06:51

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

dalto.guida@gmail.com
carla_fred19@hotmail.com
alessandra.guida@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.071588/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2904296.html
Oficio_2904314.html



Rádio Rio Bonito FM

Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda-ME

Fone: (62) 3374-2611 CNPJ: 03.903.885/0001-27

Av: São João, 40 Centro - CEP: 76.290-000 - Itapirapuã-GO

Itapirapuã, 05 de junho de 2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga

ASSUNTO Resposta do Ofício nº 15679/2018/SEI-MCTIC.
REFERÊNCIA: Processo nº 53000.071588/2013-75 – Renovação de Outorga

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 03.903.885/0001-27, em cumprimento à exigência do Ofício nº 1579/SEI-MCTIC, apresenta em anexo a documentação solicitada abaixo conforme **Nota Técnica nº 8815/2018/SEI-MCTI**:

4.1. Declaração firmada pelo representante legal da interessada (Sr. Hundalto Guida) de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;



Rádio Rio Bonito FM

Organização Rio Bonito Comunicações Ltda-ME

Fone: (52) 3374-2811

CNPJ: 01.993.556/0001-77

Av. São João, 40 Centro - CEP: 76.290-000 - Itapirapuã-GO

- 4.2 Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente;
- 4.3 Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- 4.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

Atenciosamente


Hundalto Guida

Representante Legal

CPF: 056.676.581-00

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica:	ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA		
CNPJ:	03.903.885/0001-27	CEP da sede:	76290-000
Endereço da sede:	AVENIDA SÃO JOÃO, Nº 40, CENTRO, ITAPIRAPUÃ-GO		
E-mail de contato:	dalto.guida@gmail.com		
Serviço a ser renovado:	<div>(X) Radiodifusão sonora () em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais () Radiodifusão de sons e imagens</div>		
Período da renovação:	09/01/2004 a 09/01/2014		
Localidade da renovação:	ITAPIRAPUÃ	UF:	GO

Eu, **HUNDALTO GUIDA**, inscrito no CPF sob o nº 056.676.581-00, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.



DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



HUNDALTO GUIDA

ADMINISTRADOR

CPF: 056.676.581-00

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA – ME
CNPJ/MF: 03.903.885/0001-27
NIRE: 52 2 0243184 6

EVALDO LOPES DA SILVA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado a Rua Presidente JK s/n Centro Padre Bernardo / Go CEP: 73700-000, portador de RG nº 1071668 SSP / DF, e inscrito no CPF nº 320.492.691-53, nascido em 29/01/1964- filho de : Raimundo Cardoso da Silva e Maria Magdalena Lopes da Silva.

ALESSANDRA ROSA GUIDA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada a Rua Presidente JK s/n Centro Padre Bernardo / Go CEP: 73700-000, portadora de RG nº 1.516.634 SSP / DF e CPF/MF nº 811.664.861-68, nascida em 29/10/1975, Filha de : Hundalto Guida e Marleide Rosa Guida .

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresaria Limitada Denominada : **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA – ME**, com sua sede a Rua Presidente JK s/n Centro Padre Bernardo / Go, CEP: 73700-000, devidamente registrada na JUCEG sob o Nire: 52 2 02431846, CNPJ/MF nº 03.903.885/0001-27, Resolvem entre si alterar e consolidar o seu contrato social conforme as clausula e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMERA – retira-se da sociedade o sócio acima qualificado **EVALDO LOPES DA SILVA**, que sede e transfere neste ato todas as suas quotas de capital social da empresa, dando plena total rasa e irrevogável de todos os seus direitos e haveres sem nada mais poder reclamar posteriormente seja a que titulo for o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a **HUNDALTO GUIDA**, brasileiro, Divorciado, empresário, residente e domiciliado a SHIS QI 29 CJ 11 LT 14 Lago Sul Brasília / DF CEP: 71675-310, portador de RG nº 3955 OAB/ DF e inscrito no CPF/MF nº 056.676.581-00, nascido em 10/01/1952. e com a presente alteração o capital social ficara distribuído conforme clausula seguinte: :

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social da empresa que e de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em 20.000 (vinte mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada totalmente integralizados em moeda corrente do pais pelos sócios ficara distribuído da seguinte forma:

Sócios	%	quotas	valor R\$
HUNDALTO GUIDA	50 %	10.000	10.000,00
ALESSANDRA ROSA GUIDA	50 %	10.000	10.000,00
Total	100 %	20.000	20.000,00

CLAUSULA TERCEIRA – Altera-se o endereço comercial para Ave. São João nº 40 Centro Itapirapuã / Go, CEP: 76290-000

CLAUSULA QUARTA - A administração da sociedade será exercida por **HUNDALTO GUIDA**, sócio que assinara todos os documentos de interesse da sociedade ativo passivo em juízo ou fora dele, isoladamente pela sociedade, vedado no entanto o uso da denominação em objetos alheios aos interesse sociais.

CLAUSULA QUINTA – , o administrador declara sob as penas da lei que não esta incursos em nenhum dos crimes ou nas restrições legais que o impeça de exercer atividade mercantis (art 1011 CC2002)

CLAUSULA SEXTA – altera-se o nome empresarial para , ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA – ME, e o nome de fantasia para . ORGANIZAÇÕES RIO BONITO

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA PRIMEIRA, A sociedade Empresaria limitada tem como nome comercial de: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA. e o nome de fantasia de: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO.

CLAUSULA SEGUNDA, a sociedade tem sua sede a Ave. São João nº 40 Centro Itapirapuã / Go, CEP: 76290-000

CLAUSULA TERCEIRA, A sociedade tem como objeto comercial: organização execução de serviços comunicação e radiodifusão.

CLAUSULA QUARTA, O capital social da empresa e de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em 20.000 (vinte mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada totalmente integralizados em moeda corrente do pais pelos sócios e distribuído da seguinte forma:

Sócios	%	quotas	valor R\$
HUNDALTO GUIDA	50 %	10.000	10.000,00
ALESSANDRA ROSA GUIDA	50 %	10.000	10.000,00
Total	100 %	20.000	20.000,00

.....
CLAUSULA QUINTA, A responsabilidade de cada sócio, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do art 1052 de Código Civil 2002 .

CLAUSULA SEXTA, A administração da sociedade é exercida por: HUNDALTO GUIDA, sócio que assina todos e quaisquer documentos, isoladamente pela sociedade ativo ou passivo em juízo ou fora dele e desde já fica expressamente proibido o uso da sociedade em objetos alheios aos interesses da sociedade, tais como: avais, endosso, ou qualquer outros favorecimentos a terceiros. Ainda. Podendo nomear procurador devidamente qualificado para exercer atividades comerciais e administrativas.

CLAUSULA SETIMA, O administrador tem direito a fazer retirada a titulo de pro-labore sempre obedecendo as legislações do imposto de renda .

CLAUSULA OITAVA, O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve seu inicio de atividade em 12 / 06 / 2000.

CLAUSULA NONA, A sociedade ora constituída pode abrir filial em todo território nacional e internacional desde que seja de expresse interesse para o bom desenvolvimento da sociedade .

CLAUSULA DECIMA, Para todas as questões oriundas ou omissas deste tem eleito o foro da cidade de: Padre Bernardo / Go , com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA, o administrador declara sob as penas da lei que não esta incursos em nenhum dos crimes ou nas restrições legais que o impeça de exercer atividade mercantis (art 1011 CC2002)


CLAUSULA DECIMA SEGUNDA, o sócio que desejar desligar-se da sociedade terá de comunicar o outro em primeiro plano caso não haja interesse do sócio remanescente pelas quotas em igualdade de condições só assim será cedido a terceiros .


CLAUSULA DECIMA TERCEIRA, no caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios a sociedade não dissolvera, tomarão parte na sociedades herdeiros devidamente qualificado para a função ou indicarão administradores sempre em acordo com sócio remanescente e se este causar prejuízo para a sociedade será destituído do cargo


CLAUSULA DECIMA QUARTA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano será procedido o levantamento de balanço do exercício sendo que todos os lucros destinados em acordo entre os sócios, ou eventuais perdas, serão suportadas pelos sócios na proporção de suas quotas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três vias) de igual teor e forma,

Goiânia / Go, 05 de Setembro de 2007.


ALESSANDRA ROSA GUIDA


EVALDO LOPES DA SILVA


HUNDALTO GUIDA

JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás

CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/09/2007 SOB Nº: 52071093818
Protocolo: 07/109381-8, DE 13/09/2007
Empresa: 52 2 0243184 6
ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA ME

Sec. Geral - M^{te} DAS GRAÇAS C. D. DE ASSIS
A 004701

1. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL
CRS 505-RL.C-LOJAS 1/2/3 BRASILIA-DF

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE
a(s) firma(s) de:
[Fxl1093818] EVALDO LOPES DA SILVA.....
[Fxl193818] ALESSANDRA ROSA GUIDA.....
[Fxl193818] HUNDALTO GUIDA.....

Em testemunho da verdade.
Brasília, 06 de Setembro de 2007

JOSE EDUARDO GUIMARAES ALVES
MAURILIO ANTONIO DE SOUZA
CARO R. DA SILVA/SANDRO C. DE OLIVEIRA
RUBEN SEVERO ALVES

NRG - Hora da Impressão 16:57:14

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME

CNPJ nº. 03.903.885/0001-27

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento de alteração contratual de sociedade empresária limitada;

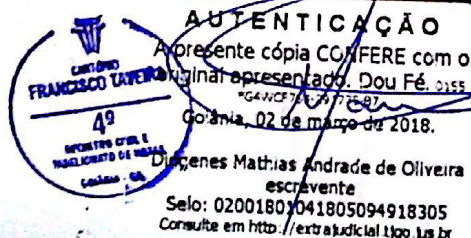
ALESSANDRA ROSA GUIDA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada à Rua Presidente JK, s/nº, Centro, Padre Bernardo-Go., CEP. 73.700-000, portadora da Cédula de Identidade nº. 1.516.634 - SSP-DF e do CPF nº. 881.664.861-68, nascida em 29/10/1975;

HUNDALTO GUIDA, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado à SHIS QI 29, Conjunto 11, Lote 14, Lago Sul - DF, CEP.: 71.675-310, portador da Cédula de Identidade nº. 3955 OAB-DF e do CPF nº. 056.676.581-00, nascido em 10/01/1952.

Únicos sócios da Sociedade Empresária Ltda., denominada: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 03.903.885/0001-27, com seu contrato social arquivado na JUCEG sob nº. 5220243184,6 por despacho em 31/08/2007, e última alteração contratual arquivada sob chancela nº. 52071093818 por despacho em 18/09/2007, resolvem de comum acordo alterar o contrato social, visando a transferência de cotas, gerência e nova redação/consolidação do contrato social, tem entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA I - O sócio HUNDALTO GUIDA, já qualificado, cede e transfere neste ato, 66% (sessenta e seis por cento) de suas quotas sendo 6.600 no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais); para o sócio adquirente CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricitista, nascido em 29/07/1956, portador da Cédula de Identidade nº. 438.125 - SSP-DF e do CPF nº 119.426.901-00, residente e domiciliado à Avenida Edmundo Pinheiro de Abreu, nº. 423, Apto. 1201, Ed. Solar Belvedere, Setor Bela Vista, CEP. 74.823-344, Goiânia-Go., ficando distribuídas da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
ALESSANDRA ROSA GUIDA	50	10.000	10.000,00
CARLOS ROSEMBERG G. DOS REIS	33	6.600	6.600,00
HUNDALTO GUIDA	17	3.400	3.400,00
TOTAL	100	20.000	20.000,00



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CLÁUSULA II - Altera-se o nome de fantasia para: RÁDIO RIO VERMELHO FM.

CLÁUSULA III - Altera o Objeto Social para: execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT, e OC), de sons e imagens (TV) e de Televisão por assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, representações publicitárias, publicidade, apoio em marketing e produção de áudio vídeo, edição de jornais e revistas, produção de panfletos, anuários e documentários, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como, exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA IV - O sócio HUNDALTO GUIDA, declara ter cedido neste ato e recebido o valor de suas quotas negociadas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da empresa, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação.

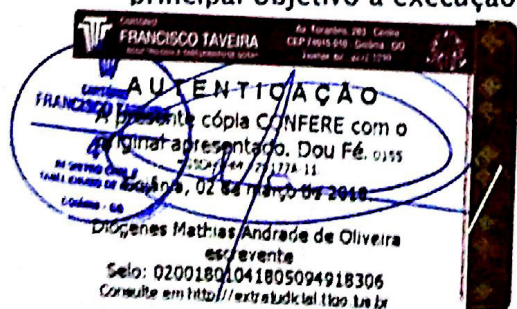
CLÁUSULA V - Nada obstante, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social em vigor, os quotistas deliberam em transcrevê-las, todas na forma pela qual vigorarão em decorrência da alteração contida neste Instrumento, revogadas quaisquer outras disposições anteriores divergentes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME

CLÁUSULA I - DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL - A sociedade gira sob a denominação de ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME, e nome de fantasia RÁDIO RIO VERMELHO FM, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.903.885/0001-27, com seu contrato social arquivado na JUCEG sob nº. 5220243184,6 por despacho em 31/08/2007, e última alteração contratual arquivada sob chancela nº. 52071093818 por despacho em 18/09/2007.

CLÁUSULA II - DA SEDE DA SOCIEDADE - A sociedade tem sua sede à Avenida São João, nº 40, Centro, Itapirapuã-Go., CEP.: 76.290-000, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e sucursais em qualquer ponto do Território Nacional.

CLÁUSULA II - DO OBJETO SOCIAL DA SOCIEDADE - A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT,



CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE - A administração da empresa é exercida pelo sócio HUNDALTO GUIDA, a quem caberá a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade limitada.

CLÁUSULA VII - REUNIÃO DOS SÓCIOS - A reunião ordinária dos sócios (anual) será sempre realizada na sede social da empresa no primeiro dia útil do mês de fevereiro, às 10:30 horas para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, dispensada a convocação formal, salvo se houverem outros assuntos a serem incluídos na ordem do dia e/ou mudança do local/data/horário, devidamente justificada, quando, então observar-se-á o que dispõe a cláusula VIII.

CLÁUSULA VIII - Os sócios reunir-se-ão extraordinariamente para deliberar sobre as matérias de ordem contratual e/ou legal, e para tratar também da condução dos negócios sociais, quando convocados por qualquer um dos administradores, através de carta-circular ou de e-mail, entregue até o dia anterior à data marcada, constando o local, data, hora e ordem do dia.

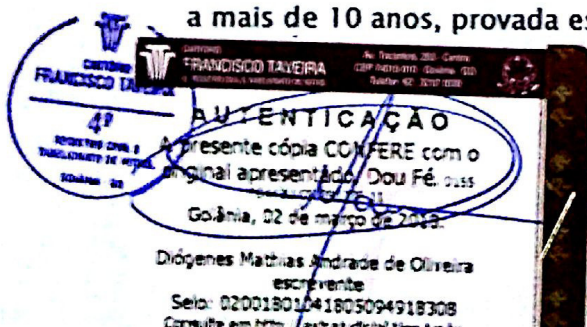
CLÁUSULA IX - As reuniões dos sócios serão instaladas, presididas e secretariadas segundo o que dispõe o art. 1.074 e seus parágrafos, e o art. 1.075.

CLÁUSULA X - Dispensar-se-á a reunião de sócios quando todos decidirem, por escrito, sobre as matérias objeto da mesma, na forma do § 3º do art. 1.072 do Código Civil.

CLÁUSULA XI - Os quoruns para as deliberações de assuntos de interesses econômicos/social/administrativo/financeiro da empresa serão sempre de maioria simples.

CLÁUSULA XII - O uso da firma social cabe ao Administrador nomeado na cláusula VI, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interesses sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em avais, fianças, abonos, endossos, respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Havendo necessidade, os sócios poderão designar por prazo determinado em ato separado, administrador não sócio para auxiliar na condução dos negócios, segundo o que dispõe os artigos 1061 a 1063 do Código Civil. Tais funções só poderão ser designadas a brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 anos, provada essa condição.



PARÁGRAFO SEGUNDO - As atribuições do administrador na condução dos negócios serão definidas em reunião dos sócios e registradas em Livro de Atas próprio.

CLÁUSULA XIII - Aos sócios serão permitidas retiradas mensais a título de pró-labore, quantia mensal a ser fixada a cada mês de novembro de cada novo ano e vigente para todo o exercício seguinte, observados os limites estabelecidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA XIV - O Administrador depois de ouvido o Poder Público Concedente poderá, em nome da Entidade, nomear procurador para prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 01 (um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XV - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

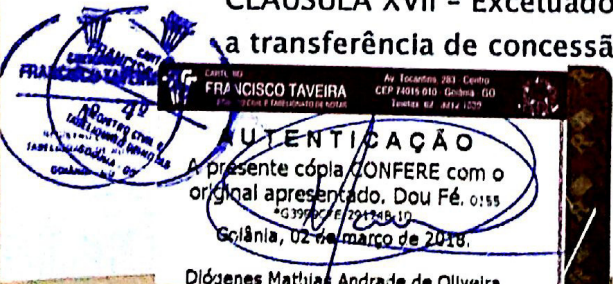
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo sócio, na proporção direta do percentual do capital social de que for detentor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em qualquer hipótese de transferência, deverá haver sempre a prévia e expressa consulta e respectiva autorização do Poder Público Concedente, excetuadas as hipóteses previstas na Lei 10.610 de 20/12/2002, Publicada no DOU de 23/12/2002.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (art. 222 § 1º CF).

CLÁUSULA XVI - Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, será resolvida nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA XVII - Excetuado a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no



[Handwritten signature]

[Handwritten initials and the number 5]

art. 91 do Decreto nº. 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº. 91.837/85.

CLÁUSULA XVIII - O exercício coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XIX - A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XX - Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

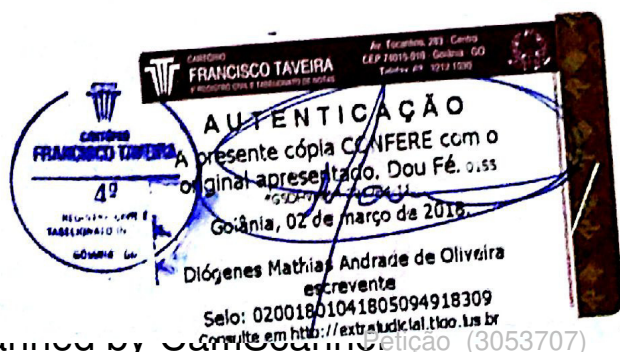
CLÁUSULA XXI - A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XXII - O instrumento de alteração contratual será assinado, necessariamente, por sócios que representem $\frac{3}{4}$ (três quarto) do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXIII - A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedente.

CLÁUSULA XXIV - O sócio Administrador declara sob as penas da Lei, que não está condenado por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração ou participação na sociedade empresária, conforme art. 1.011, § 1º, do CC/2002.

CLÁUSULA XXV - Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades limitada e subsidiariamente pelas disposições das sociedades anônimas, pelas quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
6

E, por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual ter, juntamente duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.

Hundalto Guida
HUNDALTO GUIDA
Sócio Administrador

Alessandra Rosa Guida
ALESSANDRA ROSA GUIDA
Sócia



FRANCISCO TAVEIRA
#NOSTROCOMUNICADORESDENOTAS

~~AUTENTICAÇÃO~~

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0155
Goânia, 02 de março de 2018.

Diógenes Mathias Andrade de Oliveira
escrevente
Selo: 02001801041805094918310
Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.br>

CARLOS ROSENBERG GONÇALVES DOS REIS
Sócio adquirente

TESTEMUNHAS

Nome: MAURO PEREIRA ANGELIN
CPF.: 492.553.381-72
RG.: 1.759.206 SSP-61

Nome: CLEUSA MARIA DOS SANTOS
CPF.: 457.531.051-49
RG.: 1.846.471 SSP-BA

1

1º Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua 07 nº187 - Centro - Goiânia - GO / Fone:3223-2027
Jânio Rodrigues de Oliveira
Oficial e Tabelião

Reconheço por Verdadeira a assinatura de **HUNDALTO**
GUIDA, por ter assinado na minha presença. Dou Fé.***
 *0029*553559*.*

Goiânia, 14 de março de 2008 - 10:32:24h.
Em Test^o da Verdade

Yanez Rodrigues de Oliveira
Escrevente



ESTADO DE GOIÁS
Poder Judiciário

Selo de Autenticidade
Corregedoria Geral da Justiça

RECONHECIMENTO DE FIRMA
03028010799

1.º OFÍCIO DE NOTAS
Rogério Eustáquio Silva da Fonseca
Escritor
BRASILIA-DF

1. OFICIO DE NOTAS DE BRASILIA
DISTRITO FEDERAL
S 505-BL.C-LOJAS 17/73 BRASILIA-DF

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE
a(s) firma(s) de:
ESPRESSO + 201 - ALGARBES - 2004

~~CONFIDENTIAL~~

Em testemunho da verdade,
Brasília, 10 de Março de 2008

JOSE EDUARDO GUIMARAES ALVES
MAURILIO ANTONIO DE SOUZA
JO R.DA SILVA/ALBERTO C.DE OLIVEIRA
RUBEN CAZARO ALVES

IMPRESSOF - Hora de Impressao 09:58:50

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 20243184-6	03.903.885/0001-27	31/08/2007	20/06/2007

ENDEREÇO AV. SÃO JOÃO

NÚMERO 40 COMPLEMENTO BAIRRO CENTRO

MUNICÍPIO ITAPIRAPUÃ ESTADO GO

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO, SONORA (AM, FM, OM, OT E OC) DE SONS E AMAGENS TV E DE TELEVISÃO POR ASSINATURA (TVA), SEUS SERVIÇOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO: SERVIÇOS ESPECIAIS DE MÚSICA FUNCIONAL, REPETIÇÃO OU RETRANSMISSÃO DE SONS OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RÁDIOFUSÃO. REPRESENTAÇÕES PUBLICITÁRIAS, PUBLICIDADE, APOIO EM MARKETING E PRODUÇÃO DE ÁUDIO VÍDEO, EDIÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS, PRODUÇÃO DE PLANFETOS, ANUÁRIOS E DOCUMENTÁRIOS, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, CULTURAIS E INFORMÁTICA, CÍVICAS E PATRIÓTICAS, BEM COMO, EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO, NESTE OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITÓRIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA EM VIGOR.

CAPITAL R\$ 20.000,00

VINTE MIL REAIS

CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 20.000,00

VINTE MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

Microempresa

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

SÓCIOS / PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL / VÍNCULO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME / CPF ou CNPJ	PARTICIPAÇÃO (R\$)	VÍNCULO	ADMINISTRADOR	TÉRMINO DO MANDATO
ALESSANDRA ROSA GUIDA 811.664.861-68	10.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXXX
CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS 119.426.901-00	6.600,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXXX
HUNDALTO GUIDA 056.676.581-00	3.400,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME	CPF	TÉRMINO DO MANDATO
HUNDALTO GUIDA	056.676.581-00	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA 06/01/2016	NÚMERO 52151944245
ATO OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	SITUAÇÃO REGISTRO ATIVO
EVENTO(S) OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	STATUS XXXXXXXXXXXXXX

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

continuação

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta
Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ
52 20243184-6	03.903.885/0001-27

Signature Not Verified

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI 490076664104

Date: 2018.05.29 09:04:58 BRT

Reason: Autenticação de Certidão Simplificada

Location: Goiânia - GO

Protocolo: 189960799

Chave de segurança : 7cZra

A autenticidade deste documento pode ser verificadas através do endereço: <http://servicos.juceg.go.gov.br/>



Paula Nunes Lobo Rossi

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

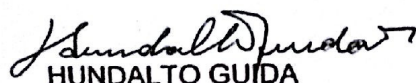
Certidão Simplificada emitida para
MAURO PEREIRA ANGELIN, 49255398172
Goiânia, 29 de Maio de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME**

CNPJ 03.903.885/0001-27

Reg. JUCEG: 52202431846 em 31/08/2007

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017
A T I V O		
ATIVO CIRCULANTE	109.009,92	134.571,56
Caixa/Bancos conta Movimento	68.146,13	120.711,45
Contas a Receber	38.897,83	13.281,19
Outros Créditos	1.965,96	578,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE	119.293,12	106.085,88
Imobilizado	159.323,00	159.323,00
Depreciação acumulada	(43.689,88)	(56.897,12)
Intagível	3.660,00	3.660,00
TOTAL DO ATIVO	228.303,04	240.657,44
P A S S I V O		
PASSIVO CIRCULANTE	2.284,24	2.198,81
Obrigações Fiscais	2.213,84	1.986,42
Obrigações Sociais e Trabalhistas	70,40	212,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	226.018,80	238.458,63
Capital Social	20.000,00	20.000,00
Reserva de Lucros	65.320,77	102.653,31
Lucros do Exercícios	140.698,03	115.805,32
TOTAL DO PASSIVO	228.303,04	240.657,44

**HUNDALTO GUIDA**

Sócio Administrador

OAB-DF. 3955 CPF 056.676.581-00

**MAURO PEREIRA ANGELIN**

Técnico em Contabilidade

CRC-GO 12571

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017**

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA - ME

CNPJ 03.903.885/0001-27

Reg. JUCEG: 52202431846 em 31/08/2007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2016	2017
RECEITA BRUTA	207.691,04	201.653,42
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(15.835,89)	(18.757,38)
RECEITA LÍQUIDA	191.855,15	182.896,04
(-) CUSTOS DE PRODUÇÃO	-	-
LUCRO BRUTO	191.855,15	182.896,04
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(51.157,12)	(67.090,72)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	140.698,03	115.805,32


HUNDALTO GUIDA
Sócio Administrador
OAB-DF 3955 CPF 056.676.581-00


MAURO PEREIRA ANGELIN
Técnico em Contabilidade
CRC-GO 12571

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

CNPJ: 03.903.885/0001-27

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:51:04 do dia 09/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

CNPJ: 03903885000127

Presidente:

Endereço: AVENIDA SAO JOAO - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 20.000,00

Reserva de Capital:

Total: 20.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
056.676.581-00	HUNDALTO GUIDA	3.400	3.400,00
119.426.901-00	CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	6.600	6.600,00
811.664.861-68	ALESSANDRA ROSA GUIDA	10.000	10.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
056.676.581-00	HUNDALTO GUIDA	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: GO

Município: Itapirapuã

Entidade

ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

Município

Itapirapuã

Data Outorga

09/01/2004

Validade

09/01/2014

Usuário: - Data: 09/07/2018 Hora: 19:56:01

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD » Relatórios » Plano Básico » **Descritivo** | [menu](#) [ajuda](#)

Plano Básico de Distribuição de Canais/Descritivo - FM

UF: GO**Município: Itapirapuã**

Entidade	Canal	Classe	Fase	Azimuth (graus)	ERP	Obs
ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	203	C	3			

Usuário: - **Data: 10/07/2018** **Hora: 10:09:57****Registro 1 até 1 de 1 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]** [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 03.903.885/0001-27	Número do Fistel: 50012413593
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/01/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA SAO JOAO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 40	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA SAO JOAO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 40	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: MORRO DA TV	Complemento:	
Bairro: ZONA RURAL	Numero: S/N	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA SÃO JOÃO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 40	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Itapirapuã	UF: GO
Latitude: -15.80083	Longitude: -50.63889

Parâmetros Técnicos			
Canal: 203	Frequência: 88.5 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 443777233	Número Indicativo: ZYT254

Data Último Licenciamento: 29/07/2010	Número da Licença: 000003/2010-GO
--	--

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -15.801	Longitude: -50.639	Cota da base: 390.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006810300528	Modelo: SP5100
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: .076 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 47.00 m	Atenuação: 1.20 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 2XAA-FM100DP			Fabricante: ANHANGUERA ANTENAS LTDA		
Ganho: 4.05 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 120 °	Polarização: Vertical	HCI: 44.5 m	ERP Máximo: 0.13 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.73	10°: 0.58	20°: 0.4	30°: 0.35	40°: 0.57	50°: 0.92	60°: 1.14	70°: 1.09	80°: 0.91	90°: 0.73	100°: 0.57	110°: 0.42
120°: 0.35	130°: 0.43	140°: 0.6	150°: 0.73	160°: 0.78	170°: 0.79	180°: 0.73	190°: 0.5	200°: 0.19	210°: 0	220°: 0.04	230°: 0.19
240°: 0.35	250°: 0.49	260°: 0.63	270°: 0.73	280°: 0.75	290°: 0.74	300°: 0.73	310°: 0.73	320°: 0.73	330°: 0.73	340°: 0.74	350°: 0.75

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.13 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1222	Portaria	MC	05/07/2002	10/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	699	Portaria	MC	05/09/2007	31/10/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	807	Decreto Legislativo	CN	11/11/2003	12/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	52644	Ato	CMPRL	06/09/2005	08/09/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	598	Portaria	MC	12/11/2010	14/04/2011	Multa	Jurídico



DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Nome/Razão Social: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA			CNPJ: 03.903.885/0001-27
Nome Fantasia:			Fistel: 50012413593
Serviço: RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM			UF: GO
Localidade: ITAPIRAPUÃ			Classe PB: C
Canal PB: 203 (duzentos e três)	Canal OP: 203	Frequência PB: 88,5 MHz	Frequência OP: 88,5 MHz
Num. Estação: 443777233		Indicativo: ZYT254	Telefone (Sede):

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	
Logradouro: MORRO DA TV	Número: S/N
Localidade: ITAPIRAPUÃ	Bairro: ZONA RURAL
Latitude: 15° 48' 03" 67" S	UF: GO
Longitude: 50° 38' 21" 96" W	Cota da Base da Torre: 390 metros
2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO	
2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL	2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Fabricante:
Modelo: SP5100	Modelo:
Código de homologação: 006810300528	Código de homologação:
Potência Operação: 0,076 kW	Potência Operação: kW
2.3 - ANTENA PRINCIPAL	2.4 - ANTENA AUXILIAR
Fabricante: ANHANGUERA ANTENAS LTDA	Fabricante: ***
Modelo: 2XAA-FM100DP	Modelo: ***
GMAX: 4,05 dBd	GMAX: ***
Polarização: Vertical	Polarização: ***
HCI: 44,5 metros	HCI: ***
Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): 0°	Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): ***
Preenchimento de Nulos (Null-Fill): 0%	Preenchimento de Nulos (Null-Fill): ***
Orientação do Zero do diagrama: 120° em relação ao norte verdadeiro	Orientação do Zero do diagrama: *****
Descrição da Antena: ANTENA	Descrição da Antena: ***
2.5 - LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL	2.6 - LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR
Fabricante: KMP - PIRELLI	Fabricante: ***
Modelo: LCF 7/8	Modelo: ***
Comprimento: 47 m	Comprimento: ***
Impedância: 50 Ohms	Impedância: ***
Atenuação: 1,2 dB/100m	Atenuação: ***
3 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA	
VM	
AZIMUTE(graus)	0 30 60 90 120 150 180 210 240 270 300 330 ****
HSNMT(metros)	71 69 74 70 68 73 68 66 68 69 58 69 ****
ERP(kW)	0,11 0,12 0,1 0,11 0,12 0,11 0,11 0,13 0,12 0,11 0,11 0,11 ****
4 - OBSERVAÇÕES:	

Legenda	
- GMAX: Ganho do sistema irradiante na direção de máxima irradiação.	
- HCI: Altura do centro de irradiação da antena em relação a cota da base da torre.	

5 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS

5.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: AVENIDA SÃO JOÃO
Número: 40
Bairro: CENTRO
Localidade/UF: Itapirapuã/GO

5.2 - ESTÚDIO AUXILIAR

Logradouro: ***
Número: ***
Bairro: ***
Localidade/UF: ***

6 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:

/

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA Nº 15612/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.071588/2013-75.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse das **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 203 (duzentos e três), classe C, na localidade de Itapirapuã/GO, referente ao período 09/01/2014 a 09/01/2024. Os autos do processo foram encaminhados ao Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para análise dos laudos técnicos apresentados.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art 122. São consideradas infrações em relação à execução dos serviços de radiodifusão a prática dos seguintes atos pelas concessionárias ou permissionárias:

XXI – utilizar equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da Portaria que as tenha aprovado;

XXIV - não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão.

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, **a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
– No Laudo de Vistoria Técnica da Estação apresentado foram verificadas as seguintes inconformidades em relação ao exigido pela legislação:	– Apresentar Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, de acordo com o texto do subitem 9.3.9, alínea 'a', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.

<p>. A declaração do profissional habilitado não atende aos termos exigidos;</p> <p>. A declaração do representante legal da entidade não atende aos termos exigidos;</p>	<p>– Apresentar Declaração do representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica), observando os termos do subitem 9.3.9, alínea 'b', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p>
---	---

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton de Miranda Nascimento, Engenheiro**, em 19/07/2018, às 17:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 20/07/2018, às 15:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3138343** e o código CRC **162705B8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 – Rio de Janeiro/RJ

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 27323/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 03.903.885/0001-27)

Avenida São João nº 40 - Centro

76.290-000 Itapirapuã/GO

Assunto: Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.071588/2013-75.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 15612/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 20/07/2018, às 15:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3138686** e o código CRC **E1E3046A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27323/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.071588/2013-75 - Nº SEI: 3138686

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.071588/2013-75		
Entidade: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA	CNPJ: 03.903.885/0001-27	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: ITAPIRAPUÃ	UF: GO
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; 	OK	3/4 (3053707)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2904138

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	5-14 (3053707)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	15/16 (3053707) SIMPLIFICADA NOVAMENTE
OU APLICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	17/18 (3053707)

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	11 (2013216)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2904138
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	11
			12
			13
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2904138
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	9 2904253
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	10 (2013216)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	14-19 (2013216)

Observações:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	12/07/2018

NOTA TÉCNICA Nº 15887/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.071588/2013-75

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, referente à Renovação de Outorga para o período de 9.1.2014 a 9.1.2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 8815/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2904296), concluiu pela expedição do Ofício n.º 15679/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2904314), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.032642/2018-26, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 3150537), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade, uma vez que foi juntada novamente a versão simplificada.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 24/07/2018, às 16:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 24/07/2018, às 16:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3150539** e o código CRC **7EDD7711**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 27843/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 03.903.885/0001-27)

Avenida São João nº 40 - Centro

76.290-000 Itapirapuã/GO

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.071588/2013-75.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 15887/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 24/07/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3150558** e o código CRC **CD0AAFF8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27843/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.071588/2013-75 - Nº SEI: 3150558

Data de Envio:

23/07/2018 14:35:49

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

dalto.guida@gmail.com
carla_fred19@hotmail.com
alessandra.guida@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.071588/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3138686.html
Nota_Tecnica_3138343.html

Data de Envio:

01/08/2018 11:26:20

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

dalto.guida@gmail.com
carla_fred19@hotmail.com
alessandra.guida@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.071588/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_3150539.html
Oficio_3150558.html

Itapirapuã-GO, 02 de Agosto de 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

ASSUNTO: Resposta de Ofício nº 27843/2018/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 15887/2018/SEI-MCTIC.

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.071588/2013-75 – Renovação de Outorga.

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.903.885/0001-27, em cumprimento à exigência do Ofício nº 27843/SEI-MCTIC de 24-07-2018, apresenta a documentação relacionada abaixo, conforme **Nota Técnica nº 15887/2018/SEI-MCTIC**:

- Certidão detalhada emitida pela Junta Comercial, constando o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade.

Atenciosamente



Hundalto Guida
CPF: 056.676.581-00

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

Nome Empresarial: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA – ME

NIRE: 52 20145153-3

CNPJ: 03.903.885/0001-27

Endereço: AV. SÃO JOÃO

Complemento:

Número: 40

Bairro: CENTRO

CEP: 76290000

Município: ITAPIRAPUÃ

UF: GO

Situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamento posteriores:

evento	número	data	descrição
090	52201451533	12/06/2000	CONTRATO
315	52071028668	12/06/2000	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
021	52071093818	18/09/2007	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	52080451667	31/03/2008	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	52151944245	06/01/2016	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPR EMPRESARIO

Signature Not Verified

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI 90079984104

Date: 2018.07.10 13:22:32 BRT


Reason: Autenticação de Certidão Específica

Location: Goiânia - GO

Protocolo: 188949918

Chave de segurança: BDR07

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço: <http://servicos.juceg.go.gov.br>


Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Específica emitida para
MAURO PEREIRA ANGELIN, 49258398172
Goiânia, 10 de Julho de 2018

Itapirapuã-GO, 27 de Julho de 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

ASSUNTO: Resposta de Ofício nº 27323/2018/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 15612/2018/SEI-MCTIC.

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.071588/2013-75 – Renovação de Outorga.

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.903.885/0001-27, em cumprimento à exigência do Ofício nº 27323/SEI-MCTIC de 20-07-2018, apresenta em anexo a documentação solicitada abaixo, conforme **Nota Técnica nº 15612/2018/SEI-MCTIC**:

- Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, de acordo com o texto do subitem 9.3.9, alínea 'a', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.
- Declaração do representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica), observando os termos do subitem 9.3.9, alínea 'b', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.

Atenciosamente

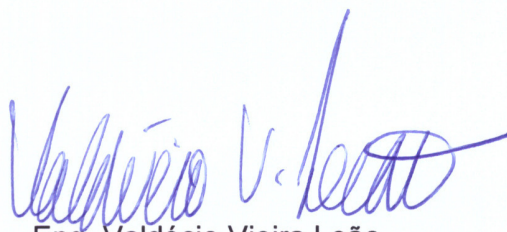

Hundalto Guida
CPF: 056.676.581-00

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

Conforme subitem 9.3.9.a – alínea “a” – Res. Nº 67 de 12/11/98

“ Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria pôr mim realizado, pessoalmente, nas instalações da Organização Rio Bonito Comunicações Ltda localizada na cidade de Itapirapuã Estado de Goiás no dia 24/07/2016. O presente laudo consta de ⁴ folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica *Valdecio* de faço uso.

Goiânia, 27 de julho de 2018.



Eng. Valdecio Vieira Leão
CREA 1621/D – 15ª Região – GO

FVT-RO- FM

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda declaro que o Eng. Valdécio Vieira Leão esteve em Itapirapuã, no Estado de Goiás no dia 24/07/2016, vistoriando as instalações de nossa emissora de FM, conforme o laudo emitido pelo profissional.

Itapirapuã, 28 de julho de 2018



Hundalto Guida

CPF: 056676581-00



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 03.903.885/0001-27

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:36:34 do dia 16/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

CNPJ: 03903885000127

Presidente:

Endereço: AVENIDA SAO JOAO - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 20.000,00

Reserva de Capital:

Total: 20.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
056.676.581-00	HUNDALTO GUIDA	3.400	3.400,00
119.426.901-00	CARLOS ROSEMBERG GONCALVES DOS REIS	6.600	6.600,00
811.664.861-68	ALESSANDRA ROSA GUIDA	10.000	10.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
056.676.581-00	HUNDALTO GUIDA	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: GO

Município: Itapirapuã

Entidade

ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA

Município

Itapirapuã

Data Outorga

09/01/2004

Validade

09/01/2014

Usuário: - Data: 25/05/2018 Hora: 16:29:39

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: ORGANIZACOES RIO BONITO COMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 03.903.885/0001-27	Número do Fistel: 50012413593
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 09/01/2004	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA SAO JOAO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 40	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA SAO JOAO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 40	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: MORRO DA TV	Complemento:	
Bairro: ZONA RURAL	Numero: S/N	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA SÃO JOÃO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 40	
Município: Itapirapuã	UF: GO	CEP: 76290000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Itapirapuã	UF: GO
Latitude: -15.80083	Longitude: -50.63889

Parâmetros Técnicos			
Canal: 203	Frequência: 88.5 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 443777233	Número Indicativo: ZYT254

Data Último Licenciamento: 29/07/2010

Número da Licença: 000003/2010-GO

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -15.801	Longitude: -50.639	Cota da base: 390.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006810300528	Modelo: SP5100
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: .076 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 47.00 m	Atenuação: 1.20 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: 2XAA-FM100DP			Fabricante: ANHANGUERA ANTENAS LTDA		
Ganho: 4.05 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 120 °	Polarização: Vertical	HCI: 44.5 m	ERP Máximo: 0.13 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.73	10°: 0.58	20°: 0.4	30°: 0.35	40°: 0.57	50°: 0.92	60°: 1.14	70°: 1.09	80°: 0.91	90°: 0.73	100°: 0.57	110°: 0.42
120°: 0.35	130°: 0.43	140°: 0.6	150°: 0.73	160°: 0.78	170°: 0.79	180°: 0.73	190°: 0.5	200°: 0.19	210°: 0	220°: 0.04	230°: 0.19
240°: 0.35	250°: 0.49	260°: 0.63	270°: 0.73	280°: 0.75	290°: 0.74	300°: 0.73	310°: 0.73	320°: 0.73	330°: 0.73	340°: 0.74	350°: 0.75

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.13 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1222	Portaria	MC	05/07/2002	10/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	699	Portaria	MC	05/09/2007	31/10/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	807	Decreto Legislativo	CN	11/11/2003	12/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	52644	Ato	CMPRL	06/09/2005	08/09/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	598	Portaria	MC	12/11/2010	14/04/2011	Multa	Jurídico

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas
Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro
NOTA INFORMATIVA Nº 2356/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.071588/2013-75**.
Assunto: **Renovação de outorga**.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudos técnicos de estação de radiofrequência operando no canal 203 (duzentos e três), classe C, encaminhado pela **ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.903.85/0001-27, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Itapirapuã/GO, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes, pelo art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga**.

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI nº 2013216 e 3251746 de laudo de ensaio do transmissor principal

elaborado por profissional habilitado, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente quitada, evento SEI nº 2013216, atesta que a estação operava, na data de confecção dos referidos laudos, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que os laudos técnicos da estação exigidos nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, estão em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton de Miranda Nascimento, Engenheiro**, em 17/08/2018, às 13:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 17/08/2018, às 14:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3261419** e o código CRC **F0AC9993**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ : 03.903.885/0001-27
ENDEREÇO : Avenida São João, 40 - Centro - Itapirapuã/GO
CEP : 76.290-000
TELEFONE : ()
FANTASIA :

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	ALTERAÇÃO CONTRATUAL	
		NÚMERO	DATA
HUNDALTO GUIDA 056.676.581-00	ADMINISTRADOR		05.09.2007

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	

DISAD/vjs.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E LICENCIAMENTO

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ : 03.903.885/0001-27

QUADRO SOCIETÁRIO

Alteração contratual, de 14/12/2007, registrada na JUCEG sob nº 52080451667, em data de 31/03/2008.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
ALESSANDRA ROSA GUIDA 881.664.861-68	10.000			10.000,00
CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS 119.426.901-00	6.600			6.600,00
HUNDALTO GUIDA 056.676.581-00	3.400			3.400,00
TOTAL	20.000			20.000,00

DISAD/vjs.

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A
ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA. PARA
EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA
LOCALIDADE DE ITAPIRAPUÃ, ESTADO DE
GOIÁS.

Aos dezessete do mês de dezembro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA., CGC 03.903.885/0001-27, representada por sua Sócia-Gerente, Alessandra Rosa Guida, RG 1.516.634 – SSP/DF, CPF 811.664.861/68, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 11 de novembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, Estado de Goiás, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Organizações Rio Bonito Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Itapirapuã, Estado de Goiás, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 060/2000 – SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na



entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;

l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;

n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;

- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

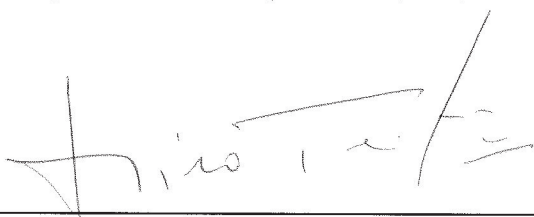
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



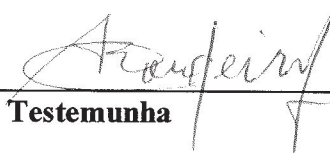
Ministro de Estado das Comunicações



Permissionária



Testemunha



Testemunha



Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 806, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à PORTUGAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.212, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Britânia, Estado de Goiás.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 807, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão às Organizações Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão às Organizações Rio Bonito Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 4.873, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 13, inciso V, e 14, § 12, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", tendo a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.

Art. 2º Os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa.

Art. 3º O Programa "LUZ PARA TODOS" será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRAS.

Art. 4º A estrutura do Programa "LUZ PARA TODOS" será composta pela Comissão Nacional de Universalização, por um Comitê Gestor Nacional de Universalização e por Comitês Gestores Estaduais que, em conjunto, garantirão a gestão compartilhada do Programa.

§ 1º A Comissão Nacional de Universalização, com a finalidade de estabelecer ações de desenvolvimento integrado no meio rural, em consonância com os diversos programas governamentais existentes, tem a seguinte composição:

I - Ministro de Estado de Minas e Energia, que o coordenará;

II - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministro de Estado da Fazenda;

IV - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;

VI - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

VIII - Ministro de Estado da Integração Nacional;

IX - Ministro de Estado da Educação;

X - Ministro de Estado da Saúde;

XI - Ministro de Estado do Meio Ambiente;

XII - Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;

XIII - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

XIV - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

XV - Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Energia dos Estados; e

XVI - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 2º O Comitê Gestor Nacional de Universalização será instituído pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, que indicará sua composição, atribuições e competências.

§ 3º Os Comitês Gestores Estaduais serão instituídos mediante ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, que indicará suas atribuições, competências e o seu coordenador.

§ 4º A composição dos Comitês Gestores de que trata o § 3º será estabelecida em conjunto com os respectivos Governos estaduais.

Art. 5º O Programa "LUZ PARA TODOS" observará as seguintes prioridades:

I - projetos em Municípios com índice de atendimento inferior a oitenta e cinco por cento, segundo dados do Censo 2000;

II - projetos de eletrificação rural que beneficiem populações atingidas por barragens, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento;

III - projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;

IV - projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água;

V - projetos de eletrificação rural que visem atender assentamentos rurais; e

VI - projetos de eletrificação para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Art. 6º Serão contempladas como alternativa de atendimento da execução do Programa "LUZ PARA TODOS", a extensão de redes convencionais e ainda os sistemas de geração descentralizados, com redes isoladas ou sistemas individuais, nos termos do manual de operacionalização de que trata o art. 7º.

Art. 7º O Ministério de Minas e Energia deverá, no prazo de trinta dias, editar o manual de operacionalização do Programa e demais normas pertinentes à sua execução.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUZ INACIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DECRETO Nº 4.874, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

Acresce artigo ao Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 296-A. Ficam instituídos, como unidades descentralizadas do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, Conselhos de Previdência Social - CPS, que funcionarão junto às Gerências-Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou, na hipótese de haver mais de uma Gerência no mesmo Município, às Superintendências Regionais.

§ 1º Os CPS serão compostos por dez conselheiros e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - quatro representantes do Governo Federal; e

II - seis representantes da sociedade, sendo:

a) dois dos empregadores;

b) dois dos empregados; e

c) dois dos aposentados e pensionistas.

§ 2º O Governo Federal será representado:

I - nos CPS vinculados às Superintendências, pelo Superintendente Regional e por mais três servidores designados pelo Superintendente, os quais serão, preferencialmente, lotados em Gerências distintas do mesmo Município;

II - nos CPS vinculados às Gerências das capitais dos Estados em que há Superintendência:

a) pelo Superintendente Regional;

b) pelo Gerente-Executivo;

c) por um servidor da Divisão ou Serviço de Benefícios e um servidor da Divisão ou Serviço da Receita Previdenciária, ambos designados pelo Superintendente Regional;

III - nos CPS vinculados às Gerências:

a) pelo Gerente-Executivo;

b) por um servidor da Divisão ou Serviço de Benefícios, um da Divisão ou Serviço da Receita Previdenciária e um da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS ou da Controladoria, todos designados pelo Gerente-Executivo.

§ 3º As reuniões serão mensais e abertas ao público, cabendo, conforme o caso, ao Superintendente Regional ou ao Gerente-Executivo providenciar a sua organização e funcionamento.

§ 4º Os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e dos empregadores serão indicados pelas respectivas entidades sindicais ou associações representativas e designados pelo Gerente-Executivo ou pelo Superintendente.

§ 5º Os CPS terão caráter consultivo e de assessoramento, competindo ao CNPS disciplinar os procedimentos para o seu funcionamento, suas competências, os critérios de seleção dos representantes da sociedade e o prazo de duração dos respectivos mandatos, além de estipular por resolução o regimento dos CPS.

§ 6º As funções dos conselheiros dos CPS não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

§ 7º A Previdência Social não se responsabilizará por eventuais despesas com deslocamento ou estada dos conselheiros representantes da sociedade." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUZ INACIO LULA DA SILVA
Presidente da República

03.903.855/0001-27

Rua Presidente JK, s/nº - Centro -

Padre Bernabé/GO - CEP: 73.700-000

Canal 203

PUBLICADO NO DIÁRIO	
10/07/02	
62	1
ANOTAR	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1222, DE 5 DE JULHO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001090/2000, Concorrência nº 060/2000-SSR/MC, resolve:

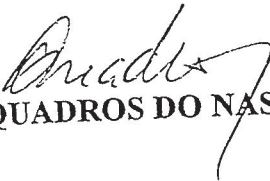
Art. 1º Outorgar permissão à Organizações Rio Bonito Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.

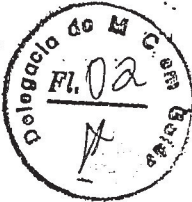
Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO



CONTRATO SOCIAL

AUTENTICAÇÃO "ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA"

Autentico esta cópia que é
reprodução fiel do original
(Dec. 2143 de 25/04/40).

Luziânia 03 JUL. 2000 30

TABELIONATO PRIMEIRO DE NOTAS
RUA DO COMÉRCIO, 310
Cidade de Luziânia-GO - CEP 72800-000
TE - 61-621-3877 - Fax 61-621-3848

☐ Bel. ISIS CAMPOS AMARAL - Tabelião
☒ Bel. ISABEL CRISTINA AMARAL GUIJARRO
☒ Bel. ISMÊNIA DE FÁTIMA GUIMARÃES
☐ MARIA LUZIA R. GUIMARÃES CAVALCANTE

EVALDO LOPES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, nascido em Sabara/MG em 29 de janeiro de 1964, portador da carteira de identidade de nº 1.071.668, expedida pela SSP/DF em 26 de fevereiro de 1986, inscrito no CPF sob nº 320.492.691-53, residente e domiciliado na Rua Presidente JK, S/N.º Centro Padre Bernardo/GO e ALESSANDRA ROSA GUIDA, brasileira, solteira, empresária, nascida em Brasília/DF em 09 de outubro de 1975, portadora da carteira de identidade de nº 1.516.634, expedida pela SSP/DF em 06 de abril de 1992, inscrita no CPF sob nº 811.664.861-68, residente e domiciliada na Rua Presidente JK, S/N, Centro, Padre Bernardo/GO;

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a nome empresarial de "ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA," com início das atividades em 01 de julho de 2000.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede da sociedade será à Rua Presidente JK, S/N, Centro, Padre Bernardo/GO, Cep: 73.700-000, podendo, entretanto, criar filiais em todo território nacional, mediante simples alteração contratual

CLÁUSULA TERCEIRA

O objetivo da sociedade será o de execução de serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) cotas de R\$ 1.00 (hum real), totalmente subscrito e integralizado nesta data, em moeda corrente do País e fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM R\$	%
<u>EVALDO LOPES DA SILVA</u>	10.000	10.000,00	50%
<u>ALESSANDRA ROSA GUIDA</u>	10.000	10.000,00	50%
TOTAL	20.000	20.000,00	100%

CLÁUSULA QUINTA

A gerência da sociedade será exercida pelos sócios que assinarão todos os documentos em conjunto ou individualmente, porém ficando vedada a representação para fins alienígenas à sociedade, tais como endossos, fianças, avais e outras responsabilidades análogas ou semelhantes sob a pena de nulidade de tais atos perante a sociedade.

CLÁUSULA SEXTA

O Balanço Geral será realizado ordinariamente em 31 de dezembro de cada ano e extraordinariamente em qualquer época, sendo os lucros ou prejuízos atribuídos aos sócios na

produção de suas cotas.

CLAUSULA SETIMA:

Em caso de retirada, interdição ou falecimento de um dos sócios, a sociedade continuará com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse de continuidade, a empresa se dissolverá e o sócio remanescente procederá a um Balanço Geral Extraordinário da sociedade até 30 (trinta) dias após a data do evento e os haveres apurados serão pagos ao retirante, interditado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, da seguinte maneira: 30% (trinta por cento) do total no prazo de 90 (noventa) dias da data em que se der o desligamento e os 70% (setenta por cento) restantes em 06(seis) notas promissórias emitidas em nome do sócio liquidante, de igual valor, com vencimentos mensais e sucessivos, sendo que o vencimento da primeira parcela será 30(trinta) dias após o vencimento estipulado para o pagamento da inicial prestação de 30%(trinta por cento).

CLAUSULA OITAVA:

Fica eleito o foro de Padre Bernardo/GO para solucionar qualquer discórdia em relação a esta sociedade.

CLAUSULA NONA:

Nenhum dos sócios poderá transferir suas cotas sem o expresse consentimento do outro, ao qual caberá o direito de preferencia em igualdade de condições.

CLAUSULA DECIMA

A sociedade não tem filial, podendo, entretanto, mediante alteração contratual, criar filial, sucursal, agência ou escritório em qualquer parte do País.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA

Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantis.

E por estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas, sendo que a primeira delas será encaminhada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

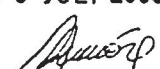
AUTENTICAÇÃO

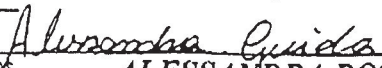
Autentico esta cópia que é
reprodução fiel do original
(Dec. 21 de 25/04/40).

Luziânia 03 JUL. 2000 GO

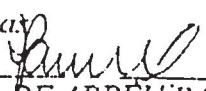
Luziânia/GO., 16 de junho de 1999



EVALDO LOPES DA SILVA


☐ Bel. ISIS CAMPOS AMARAL - Tabeliã
☐ Bel. ISABEL CRISTINA AMARAL GUIJARRO
☒ Bel. ISMÊNIA DE FÁTIMA GUIMARÃES Subscritas
☐ MARIA LUIZ R. GUIMARÃES CAVALCANTE


ALESSANDRA ROSA GUIDA

Testemunhas


JOCELDA DE ABREU RAMOS
RG: 1.328.037 (SSP/DF)
CPF: 529.661.601-44

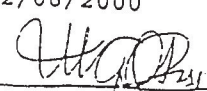

FLORINDA PEREIRA XAVIER
RG: 2.380.625 (SSP/GO)
CPF: 236.172.761-72



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIAS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/06/2000

SOB O NÚMERO:
52201451533

Protocolo: 000451533


MARIA DAS GRAÇAS C. D. DE JESUS
SECRETÁRIA GERAL

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.071588/2013-75		
Entidade: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA	CNPJ: 03.903.885/0001-27	
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: ITAPIRAPUÃ	UF: GO
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; 	OK	3/4 (3053707)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2904138

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	5-14 (3053707) 3357041
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	2 (3251577)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	17/18 (3053707)

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	11 (2013216)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2904138
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	11
			12
			13
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2904138
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	9 2904253
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	10 (2013216)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	14-19 (2013216)

Observações:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	12/09/2018

NOTA TÉCNICA Nº 20659/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.071588/2013-75

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Itapirapuã, estado de Goiás, para o período de 9.1.2014 a 9.1.2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 10 de julho de 2002 (evento SEI n.º 3357003, fl. 10), cancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 12 de novembro de 2003 (evento SEI n.º 3357003, fl. 09). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 09 de janeiro de 2004 (evento SEI n.º 3357003, fls. 3-8). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 09/01/2014 (evento SEI nº 1601612, fl. 9).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 06/12/2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação se deu entre 09/07/2013 e 09/10/2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi INTEMPESTIVA. Dessarte, o processo foi convertido em revisão de outorga conforme NOTA TÉCNICA Nº 8925/2014/SEI-MC (evento SEI nº 0108446), tendo a Interessada sido instada a apresentar sua defesa, conforme o Ofício nº 9370/2014/SEI-MC (evento SEI nº 0108465). Como resposta a Permissionária encaminhou o protocolo nº 53900.026081/2014-02 e o processo foi enviado à Conjur que respondeu com a COTA Nº 596/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (evento SEI nº 0783372) requerendo diligências. Nesse ínterim, houve a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 que anistiou todos os pedidos intempestivos, pelo que o processo pode ter seu regular prosseguimento, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10977/2017/SEI-MCTIC (evento SEI nº 1896341).

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre

informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3357059.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3053707, fls. 17/18). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 2013216, fl. 11). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 3251577, fl. 2), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos por esta Pasta, decorrentes da 2ª Alteração Contratual, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Alessandra Rosa Guida	10.000	10.000,00
Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis	6.600	6.600,00
Hundalto Guida	3.400	3.400,00
TOTAL	20.000	

NOME	CARGO
Hundalto Guida	Administrador

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 20/04/2018 (evento SEI nº 2904138, fls. 3-6).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. A Sra. Alessandra Rosa Guida participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma concessão de radiodifusão de sons e imagens, em Goiânia/GO (na qualidade de dirigente).

13.3. O Sr. Hundalto Guida participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma concessão de radiodifusão de sons e imagens, em

Goiânia/GO (na qualidade de dirigente).

13.4. O Sr. Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Mara Rosa/GO, Santo Antônio da Barra/GO e Porangatu/GO, em todas na qualidade de sócio-administrador.

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 1601612, fl. 7/8). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 2907712).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2356/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3261419), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

(assinado eletronicamente)

CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 20.659/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à

consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 20.659/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 17/09/2018, às 14:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 17/09/2018, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 17/09/2018, às 15:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 17/09/2018, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3357066** e o código CRC **7A27E368**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV,

da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 20.659/2018/SEI-MCTIC, cancelada pelo Parecer Jurídico n.º_____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.071588/2013-75, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.071588/2013-75

SEI nº 3357066



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 01078/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.071588/2013-75

INTERESSADOS: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pelas Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás, para o período de 9.1.2014 a 9.1.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 15668/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento das Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás, para o período de 9.1.2014 a 9.1.2024.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 20659/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3357066):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 10 de julho de 2002 (evento SEI nº [3357003](#), fl. 10), cancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 12 de novembro de 2003 (evento SEI nº [3357003](#), fl. 09). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 09 de janeiro de 2004 (evento SEI nº [3357003](#), fls. 3-8). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 09/01/2014 (evento SEI nº [1601612](#), fl. 9).

3. No requerimento protocolado em 6.12.2013 (Doc. SEI nº 0158178, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do*

feito".

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da"*

outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, embora tenha sido apresentado intempestivamente. Consoante se verifica, a outorga venceu em 9.1.2014, de modo que o prazo para solicitar renovação estava compreendido no período entre 9.7.2013 a 9.10.2013, mas o requerimento fora efetivado apenas em 6.12.2013. No entanto, o pedido deverá ser conhecido, em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.424/2017 que estabelece, *in verbis*:

Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

19. Superado esse ponto, verificamos que o requerimento que deflagrou o presente processo, foi subscrito por Alessandra Rosa Guida, sócia-administradora da entidade à época, que embora compartilhasse da administração com seu sócio, detinha poderes para representar individualmente a entidade, conforme consta da Cláusula Quinta do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás em 12.6.2000 (Doc. SEI nº 3357042). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3357059).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Desde logo, constatamos que a interessada apresentou todas as **declarações** exigidas, conforme se verifica do Documento SEI nº 3053707, Protocolo nº 01250.032642/2018-26, fls. 3/4, firmado pelo atual administrador da entidade Hundalto Guida (Cláusula Sexta do Contrato Social consolidado na Alteração Contratual registrada na Junta Comercial de Goiás em 18.9.2007 - Doc. SEI nº 3053707, fls. 5/8) . Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

23. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carreu aos autos cópia de seu contrato social e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 3357041 e Doc. SEI nº 3053707, fls. 5/14 do Protocolo nº 01250.032642/2018-26) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3251577, fl. 2, Protocolo nº 01250.047031/2018-82), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º [3251577](#), fl. 2), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos por esta Pasta, decorrentes da 2ª Alteração Contratual, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
------	-------	-------------

Alessandra Rosa Guida	10.000	10.000,00
Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis	6.600	6.600,00
Hundalto Guida	3.400	3.400,00
TOTAL	20.000	

NOME	CARGO
Hundalto Guida	Administrador

24. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3053707, fls. 17/18, Protocolo nº 01250.032642/2018-26) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 2013216, fl. 11, Protocolo nº 01250.039630/2017-41). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3053707](#), fls. 17/18). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI [2013216](#), fl. 11)"*.

25. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Docs. SEI nºs 0158178, fls. 11/13; 2904138; 0158178, fls. 9/11; e Doc. SEI nº 2013216, fl. 10, Protocolo nº 01250.039630/2017-41). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

26. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2356/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 3261419)**, segundo a qual *"os laudos técnicos da estação exigidos nos termos do art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, estão em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga"*.

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [1601612](#), fl. 7/8). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [2907712](#)).

28. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente da entidade, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 20/04/2018 (evento SEI nº [2904138](#), fls. 3-6).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. A Sra. Alessandra Rosa Guida participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma concessão de radiodifusão de sons e imagens, em Goiânia/GO (na qualidade de dirigente).

13.3. O Sr. Hundalto Guida participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma concessão de radiodifusão de sons e imagens, em Goiânia/GO (na qualidade de dirigente).

13.4. O Sr. Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões do serviço de radiodifusão sonora em frequência

29. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

30. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

31. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

33. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 16 de outubro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000071588201375 e da chave de acesso abe597af

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 179173638 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-10-2018 17:10. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01606/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.071588/2013-75

INTERESSADO: ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES

ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.

1. Aprovo o **PARECER Nº 01078/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 17 de outubro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria MCTIC nº 5.279, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000071588201375 e da chave de acesso abe597af

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 184402426 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 17-10-2018 17:07. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 5442/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 20.659/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01078/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/10/2018, às 20:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3475077** e o código CRC **D1108D83**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/10/2018, às 20:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3475113** e o código CRC **0139EFF2**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 42420/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 03.903.885/0001-27)

Avenida São João nº 40 - Centro

76.290-000 Itapirapuã/GO

Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação – Processo nº 53000.071588/2013-75

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 24/10/2018, às 08:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3492881** e o código CRC **06D302B8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 42420/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.071588/2013-75 - Nº SEI: 3492881



001-9

00190.00009 02941.021004 00076.585173 6 77070000033040

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000076585
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 13/11/2018		Valor documento 330,40	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.

Avenida São João nº 40, Centro

Itapirapuã, GO - CEP: 76290.000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 5024123 enviado em 24/10/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00076.585173 6 77070000033040

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 13/11/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 24/10/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND		Aceite N	Data process. 24/10/2018	Nosso número 00029410210000076585
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 330,40	(=) Valor documento 330,40

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 5024123 enviado em 24/10/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA.

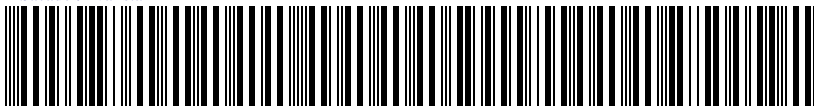
Avenida São João nº 40, Centro

Itapirapuã, GO - CEP: 76290.000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 24/10/2018 14:40:28**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 5024123**Data prevista de publicação:** 25/10/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11179138	ATO PORTARIA Nº 5442_53000.071588.2013.75.rtf	892702874de2e9d2 4e04e598999dde3b	10,00	
	Total da matéria		10,00	R\$ 330,40
TOTAL DO OFICIO			10,00	R\$ 330,40

Data de Envio:

25/10/2018 09:14:12

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

dalto.guida@gmail.com
carla_fred19@hotmail.com
alessandra.guida@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.071588/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3492881.html
Boleto_3495239_BOLETO_PORT_5442_53000.071588.2013.75.pdf
Comprovante_3495245_RECIBO_PORT_5442_53000.071588.2013.75.pdf

**Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 5.442-SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071588/2013-75, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 20.659/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01078/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.511, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.007950/2018-13, de 15 de fevereiro de 2018, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Spacecomm Monitoramento S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 09.070.101/0001-03, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Tornozeleira para monitoração de sentenciado, por meio de GPS, baseado em técnica digital.

Modelos: TZPR03-SAC24 2G 915; TZPR03-SAC24 2G BLE; TZPR03-SAC24 2G 915 SENSOR; TZPR03-SAC24 BLE SENSOR; TZPR03-SAC24 2G/3G 915; TZPR03-SAC24 2G/3G BLE; TZPR03-SAC24 2G/3G 915 SENSOR; TZPR03-SAC24 2G/3G BLE SENSOR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.518, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.009386/2018-73, de 22 de fevereiro de 2018, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Parks S.A. Comunicações Digitais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 92.679.331/0001-18, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Concentrador de linha de assinantes.
Modelos: FIBERLINK 30008; FIBERLINK 30028.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.527, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.019225/2018-98, de 5 de abril de 2018, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Novello & Godoi Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.663.722/0001-40, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Armação metálica para aparelho de telecomunicações.

Modelo: RCA 19.

Produto 2: Gabinete metálico para aparelho de telecomunicações.

Modelos: PISO; MINI RACK 19.

Produto 3: Distribuidores de conexão para redes de comunicação por fibras ópticas.

Modelos: PAREDE; PADRÃO 19; CTO 24F EXT (NAP) PRETA (PR); CTOE ATE 24F CJ OPTICO; PONTO DE TERMINAÇÃO OPTICA- PTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO****GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO****ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO****UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO****ATO Nº 7.945, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA, CNPJ nº 01.908.429/0001-44 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS
DO PARANÁ E SANTA CATARINA****ATO Nº 8.136, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018**

Processo nº 53516.013520/2018-76.

Expede à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CNPJ nº 00.415.970/0002-39 autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

ATO Nº 8.159, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53516.014323/2018-74.

Outorga à CELSO CLAUDINO DA SILVA, CPF nº 829.326.119-68, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 8.010, de 25 de outubro de 2018, publicado no DOU de 29 de outubro de 2018, Seção 1, página 9, retifica-se o que segue: onde se lê: "CELSO FRANCISCO ZEMANN, Gerente" leia-se: "MARCIO ANTONIO PROTZEK, Gerente Substituto"

**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS
DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS****ATO 7.926 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018**

Outorga autorização de uso de radiofrequência à FUNDAÇÃO EDUCATIVA CANAÃ DO BRASIL, CNPJ nº 00.336.652/0001-00, na localidade de Petrolina/PE, até 14/01/2029.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 7.947, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização de uso de radiofrequência à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A, CNPJ nº 27.865.757/0023-00, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 7.950, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Expedir autorização e outorgar autorização de uso de radiofrequência à RÁDIO CATURITE LTDA, CNPJ nº 08.828.709/0001-91, na localidade de Campina Grande/PB, até 01/11/2023.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 8.048, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Outorgar autorização de uso de radiofrequência ao SHOPPING CENTER TAMBIA LTDA, CNPJ 03.999.542/0001-08, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

**SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA
E RECURSOS À PRESTAÇÃO****ATOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2018**

Nº 7.229 - Processo nº 53500.044092/2018-01.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VERDES MARES LTDA, CNPJ 07.199.656/0001-24, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Fortaleza/CE.

Nº 7.254 - Processo nº 53500.044214/2018-51.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO MATOGROSSENSE LTDA, CNPJ 12.372.735/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sinop/MT.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.272 - Processo nº 53500.044317/2018-11.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LHM COMUNICACAO LTDA, CNPJ 01.754.333/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Alto Alegre/RR.

Nº 7.282 - Processo nº 53500.044349/2018-16.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIODIFUSAO AGUAS CLARAS LTDA, CNPJ 88.412.960/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Catuipe/RS.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.348 - Processo nº 53500.045079/2018-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, CNPJ 53.268.231/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tupi Paulista/SP.

Nº 7.350 - Processo nº 53500.045081/2018-30.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, CNPJ 53.268.231/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sandovalina/SP.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

DESPACHO

Processo n.º: 53000.071588/2013-75

1.Tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 30.10.2018, da Portaria n.º 5.442, de 23.10.2018 (evento SEI n.º 3511233), por intermédio do qual o Titular desta Pasta renova, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás, remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 30/10/2018, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3512162** e o código CRC **F2ACB827**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.071588/2013-75

SEI nº 3512162

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.071588/2013-75

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à ORGANIZAÇÕES RIO BONITO COMUNICAÇÕES LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás, copia da Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018. Publicada no D.O.U. em 30/ 10/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 30/10/2018, às 13:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3513394** e o código CRC **A5B317C9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.071588/2013-75

SEI nº 3513394



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 31/10/2018, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3514312** e o código CRC **7268EA8C**.

Brasília, 27 de novembro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.071588/2013-75, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 9 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., nos termos da Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 807, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itapirapuã, estado de Goiás.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sra. Daliane Mello de Souza
Impresso em 30/11/2018 16:19

Termo(s): 537 2018

NUP:

Origem:

Co-Autores:

Destinatário:

Tipo de Documento:

Data Inicial: Data Final:

Fluxo/Etapa:

Conteúdo:

Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00537 2018 Itapirapuã/GO - Renov/FM - Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda.	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 47203/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 27/11/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3620863** e o
código CRC **65D095D5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47203/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.071588/2013-75 - Nº SEI: 3620863